


Adalberto Franklin

# Como evitar plágio em monografias

Orientações técnicas para  
o uso de textos da internet



COPIAR



COLAR

ética

Adalberto Franklin

# Como evitar plágio em monografias

Orientações técnicas  
para o uso de textos  
encontrados na internet

*Copyright* © by 2009

Adalberto Franklin

Os textos desta obra podem ser parcial ou totalmente copiados, distribuídos e apresentados publicamente, desde que para fins não comerciais e haja o devido reconhecimento dos créditos ao autor.

Projeto gráfico

**Ética Editora**

Coordenação editorial

**Adalberto Franklin**

Capa:

**Eduardo Franklin**

Impressão e acabamento

**Ética Editora**

(sistema digital)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F672c

Franklin, Adalberto [1962-].

Como evitar plágio em monografias: orientações técnicas para o uso de textos encontrados na internet / Adalberto Franklin. — Imperatriz, MA: 2009.

110 p.

1. Normas técnicas – Dissertação. 2. Trabalhos acadêmicos – Plágio. I. Título. II. Autor.

CDD 001.42

Aos amigos  
Edmilson Sanches e  
Francisco Lima Soares,  
dedicados e zelosos  
cientistas do conhecimento.

## Sumário

Internet, a revolução do acesso .....	9
Origem e fonte dos saberes .....	14
O plágio intelectual no trabalho acadêmico .....	16
A situação jurídica do plágio .....	21
Fugindo do plágio .....	24
A estrutura da dissertação .....	27
A citação, a chamada e a nota .....	29
A referência .....	34
O padrão básico da citação .....	37
Supressões, acréscimos e destaques .....	41
As aspas, os parênteses e o ponto-final .....	45
Normas básicas da referência .....	48
Modelos de referência .....	51
Citações e referências de textos encontrados na internet ...	70
Recomendações .....	85
REFERÊNCIAS .....	87
APÊNDICES .....	91
ANEXOS .....	105

# 1

---

## Internet, a revolução do acesso

A popularização da internet foi a maior revolução democrática no campo da interação pessoal e do acesso à informação ocorrida no último milênio, com impacto maior que o do surgimento da imprensa, no século XV. Em menos de duas décadas do início de sua expansão mundial — apenas 15 anos no Brasil —, estima-se que atualmente mais de 1 bilhão de pessoas acessem regularmente essa rede cibernética mundial de comunicação através de programas de entretenimento, relacionamento pessoal, envio e recebimento de dados e consulta a bibliotecas virtuais de textos, imagens e sons.

Milhões de pessoas e instituições mantêm e ampliam diariamente o acervo dessa biblioteca universal com o armazenamento de informações numa quantidade incontável de computadores/servidores espalhados ao redor do mundo, de modo a fazer diminuta até mesmo o que foi a monumental biblioteca de Alexandria e mesmo, atualmente, a do Congresso Americano, com seus quase 110 milhões de documentos.

Todo o conhecimento universal vem sendo transportado para essa rede telemática, fazendo-a acessível a todos, simultaneamente, em qualquer lugar do mundo, desde os grandes centros mundiais do saber e do poder até as pequenas cidades e vilas perdidas nos confins da Amazônia ou de países mais remotos, redesenhando as concepções de tempo/espaço que até então se vislumbrava.

Depois da popularização da internet, sem qualquer dúvida, o mundo não é mais o mesmo. A capacidade de acesso, 9

interação, construção, manipulação e disponibilização de dados chega a até ameaçar poderosos sistemas de segurança das grandes potências mundiais e a mudar estratégias e ações de guerra.

Governos e renomadas instituições empresariais, políticas e de ensino fizeram maciços investimentos na construção das novas modalidades de bibliotecas, chamadas *virtuais*, digitalizando e armazenando arquivos de textos, imagens e sons, disponibilizando-os geralmente para acesso livre e gratuito.

Estão em andamento diversos projetos de digitalização de obras raras dos últimos cinco séculos para disponibilização de seus arquivos digitais na internet, recuperando e tornando acessíveis preciosos registros da arte e do conhecimento humano até então inacessíveis ao público.

Hoje, praticamente todas as grandes instituições ligadas ao conhecimento possuem “gigantescas” bibliotecas virtuais em que disponibilizam arquivos de textos, de imagens e de sons que, no formato das mídias tradicionais, não caberiam no espaço físico de seus prédios. Sobressaem-se entre estas a Biblioteca do Congresso Americano, a Biblioteca Britânica, de Londres, a do Vaticano, dentre outras. No Brasil, destaca-se a Biblioteca Nacional (do Rio de Janeiro), considerada a sétima maior do mundo.

Assim, com a democratização do acesso e o dinamismo do processo de ampliação de seu acervo, a internet quebrou um dos maiores paradigmas do conhecimento científico dos últimos séculos, em que concebia a academia (faculdade) como fonte quase exclusiva do acesso ao saber. Essa concepção, ainda fortemente arraigada, sobretudo entre docentes, vem sendo brutalmente derrubada pelo próprio meio, que utiliza o ciberespaço para a publicações de artigos, pesquisas, dissertações, teses, promoção de debates e conferências. E, mais recente-

mente, com a criação de faculdades “virtuais” e a disseminação de cursos de graduação e pós-graduação **on-line** em todo o mundo.

Certo é que o saber e a informação não mais estão restritos aos espaços físicos das faculdades nem às mídias impressas, como o eram até bem pouco. Vivemos um tempo em que, pelas possibilidades de acesso à informação, geral e científica, e de interação midiática, pode alguém, sem sair de sua própria casa, tornar--se especialista nas mais variadas áreas do conhecimento.

Em geral, o meio acadêmico ainda não compreendeu o impacto dessas mudanças irreversíveis e se vê perplexo e atrapalhado diante das consequências práticas desse novo cenário, para as quais os docentes nem sempre estão preparados.

A quase totalidade das faculdades de formação de professores não conseguiu ainda construir nem ensinar técnicas que possibilitem aos futuros educadores lidar com a utilização dos recursos da internet em suas atividades de aprendizagem e ensino. É comum que professores do ensino fundamental se vejam embaraçados diante de informações privilegiadas ou atualizadas que seus alunos tiveram através da internet e às quais o mestre ainda não teve conhecimento ou domínio. No Ensino Médio, essa situação se torna mais aguda ainda, visto que a juventude é a faixa etária que mais utiliza e domina os processos de utilização da internet. São novos tempos em que a concepção construtivista se mostra mais aguda, em que mestre e aluno são ambos verdadeiramente aprendentes.

Nos cursos de graduação, a utilização de textos extraídos da internet na elaboração de trabalhos de conclusão de curso — ou monografias — vem criando situações inusitadas e às vezes vexatórias para alunos orientandos, orientadores, bancas de exame e para as próprias instituições de ensino. Novas situações até então incomuns se apresentam e nem sempre há



norma definida ou parâmetro estabelecido para seu enfrentamento. Tais são os casos de utilização de cópia, transcrição e plágio nos trabalhos acadêmicos, prática que vem assolando as faculdades e deixando perplexo todo o meio acadêmico.

Mesmo que prática inadequada e às vezes criminosa, passível administrativa e judicialmente de duras penas, esse comportamento reflete a incapacidade que até agora o meio educacional tem tido de inibir ou educar contra essa conduta, a partir do ensino fundamental, onde a prática do “copiar e colar” textos da internet em trabalhos escolares é aceita por professores sem maiores censuras, o que alimenta um costume que se tornou padrão. Gerou-se daí a geração “Control C, Control V” (copiar e colar).

Na faculdade, já nos primeiros períodos da graduação, são percebidos os sintomas dessa deformação. Diante de exigências mais rígidas contra o procedimento da cópia e do plágio, alunos pouco acostumados à elaboração de redações criativas se veem pressionados a recorrerem a “assessores” ou elaboradores de trabalhos, que se oferecem diariamente e em profusão pela mesma internet.

Essa prática, caso não haja orientação e vigilância à criação e apresentação de textos durante o curso, é normalmente levada ao processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso, mesmo sob risco de graves sanções.

Significante parcela do alunado cai em situação de plágio apenas por não ter domínio das normas de citações e referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de manual da instituição, o que poderia ser minimizado através das disciplinas de metodologia científica com ênfase na utilização de textos encontrados na rede mundial de computadores. Isto porque a maioria dos casos de plágio podem ser resolvidos apenas com a inclusão da citação e da referência

dos textos utilizados — a não ser quando se trata da utilização integral de trabalho de outrem como seu, caso que deve ser tratado como fraude e crime.

Diante dessa delicada situação, muitas vezes sem ferramentas ou condições seguras de coibir essas fraudes, muitos orientadores chegam a desaconselhar ou desestimular a utilização do riquíssimo acervo digital disponibilizado na internet, como se fosse ele material proibido ou desqualificado, numa medida patética e ineficaz de tentar fazer retroceder o tempo e a realidade.

Pierre Lévy, um dos mais expressivos pensadores da cultura cibernética, diz-nos que

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível — graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço —, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LÉVY, 1999, p. 186).

Desejando contribuir com a plena exploração e utilização dos riquíssimos bancos de dados da internet — biblioteca e “oráculo” mais acessível e democrático deste tempo —, sem ferir as normas metodológicas do trabalho científico, elaborei esta pequena obra em consonância com as últimas Normas Brasileiras (NBRs) em vigor, em relevo a *NBR 10520* (Informação e documentação – Citação em documentos – Apresentação) e a *NBR 6023*, (Informação e documentação – Referências – Elaboração), ambas de agosto de 2002.

A segura utilização de textos buscados na internet, com obediência às normas científicas, portanto, é o objetivo específico deste trabalho.

# 2

---

## Origem e fonte dos saberes

Preliminarmente, cabe discorrer também sobre a origem do saber acumulado pelo ser humano. Sabemos que o fabuloso conhecimento que detém a sociedade contemporânea não é fruto desta geração, mas a soma dos saberes apreendidos e acumulados ao longo das experiências e estudos empreendidos no decurso da história.

Tanto o pensamento quanto as artes — o pensar e o fazer — geraram conhecimentos e técnicas que foram reproduzidas e aperfeiçoadas no decorrer dos séculos, resultando em sínteses e práticas que se tornaram de domínio público sem que se saiba exatamente seu ponto de origem. Estes são saberes de propriedade universal, para os quais não se pode cobrar indicação de propriedade.

Entretanto, há conceitos, criações, construções, fórmulas e outras elaborações específicas que têm origem definida, clara e conhecida, para as quais, por dever moral e de justiça, sempre que referenciadas cientificamente, devem receber a menção de seu autor ou criador. É o caso tanto da criação literária quanto dos conceitos e fórmulas científicas, somente para citar duas situações. Não se pode publicar, por exemplo, um exemplar de *Os Lusíadas*, sem que nele se estampe o nome do português Luiz Vaz de Camões; nem se pode apresentar a Teoria da Relatividade sem que se credite-a ao seu elaborador, o físico Albert Einstein. Não é isso apenas um gratuito reconhecimento intelectual, mas um registro legal e histórico da fonte criadora.

Todos bebemos da fonte comum do saber, do conhecimento de domínio público, popular ou científico, que a todos beneficia por força da convivência humana. Grande parte do que sabemos provém desse saber gratuito, reproduzido através dos séculos por nossos antepassados, aperfeiçoados ou não em nossa geração. A apreensão e a reprodução desse conhecimento é que torna possível ao ser humano ser mais informado e consciente através dos tempos.

Agir de modo contrário, ou seja, apresentar formulações ou obras sem a devida referência a seus construtores, é desonesto.

Não dar reconhecimento à fonte criadora dos saberes específicos, portanto, é esconder a plena revelação do próprio objeto apresentado, situação amoral que desonrosa tanto o criador quanto aquele que apresenta a criação.

## O plágio intelectual no trabalho acadêmico

Conceitualmente, o plágio é a “apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem”, conforme o Dicionário Houaiss (2002). Plagiar é, portanto, “fazer imitação de trabalho alheio.”

No mundo acadêmico atual é corriqueiro se deparar com casos de plágio parcial ou mesmo integral de trabalhos científicos ou de conclusão de curso, as chamadas monografias.

Em geral, não são apenas erros despropositados, advindos das sabidas falhas de formação na aprendizagem da produção textual ao longo da vida escolar. São ações em sua maioria conscientes, em diversos graus de gravidade. Há situações em que se verifica “apenas” a transcrição literal de frases e conceitos sem a referência devida ao autor e obra, o que pode significar falta de conhecimento ou de empenho do acadêmico em seu trabalho, de ler ou aprender as normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Ou ainda que a instituição de ensino não conseguiu oferecer ao aluno possibilidades reais de superação dessa deficiência.

A falta de referência à fonte de uma ilustração, de um gráfico, de um conceito, de dados de uma pesquisa, ou de outra informação específica não elaborada pelo autor se constitui em infração no mesmo patamar. (MARTINEZ, 2009, p. 5)

Há também casos mais graves, como a utilização de **16 paráfrase**, situação em que se transcreve um texto com outras

palavras, apenas substituindo alguns termos por outros, sinônimos, mantendo-se, porém, a mesma ideia e construção, sem referência à fonte. Essa situação geralmente ocorre em textos mais longos, normalmente parágrafos, em que uma citação muito longa poderia ser inadequada — ocorrência originada na preguiça, na “falta de tempo” ou na incapacidade de leitura e interpretação necessárias à construção textual científica. Casos como esses são classificados como falsidade ideológica ou estelionato intelectual, crime doloso, pois verifica-se o ato intencional de esconder a forma textual original. (MARTINEZ, 2009, p. 5)

Constata-se, ainda, formas mais radicais de fraude, como a apresentação de trabalho integral de outrem como sua — seja uma encontrada na internet e copiada integralmente, mudando-se apenas as páginas autorais, como nome do autor e dedicatória, ou ainda a contratada por “especialistas” ou “assessores” que se oferecerem pelos jornais e nos *sites* da rede de computadores. Para esses casos, algumas faculdades também radicalizam, estabelecendo reprovação sumária e até a expulsão do concluinte.

É preciso, enfim, distinguir a enorme e brutal diferença entre livre divulgação das mensagens produzidas, a exemplo do conhecimento, do ato famigerado e inescrupuloso do plágio, pois que há uma distância abismal entre “democratizar a informação” e o estelionato intelectual, entre a comunicação democrática e a falsidade intelectual. Aliás, aquele que [...] não se furta à citação regular das fontes, até mesmo porque citar a fonte inspiradora, que deu origem ao “modelo e formato” do trabalho, é uma das formas de se buscar ainda mais idoneidade e credibilidade ao que fora produzido e apresentado. O gesto da citação, além da honestidade intelectual e do valor moral, agrega valor intelectual e científico, uma vez que passamos a apresentar uma tese ou um modelo que muitos outros também endossam a procedência e a qualidade. (MARTINEZ, 2009, p.6)

À escola, cabe a promoção e o ensino das normas éticas e jurídicas adotadas pela sociedade. Por isso, compete a ela ensinar a “diferença entre erro involuntário e proposital, entre engano e engodo, entre culpa e dolo, entre apatia e irresponsabilidade” (MARTINEZ, 2009, p.5)

O professor Antonio Cezar Bornia, da Uniararas (Araras, SP), em artigo publicado na internet, revela que há um modelo de plágio, chamado “mosaico”, que se dá quando o aluno “não copia o texto completo de um só autor, mas realiza plágio em pequenos pedaços [...] de uma obra ou outra”, uma prática em que “vai formando um ‘mosaico’, juntando as frases.” Para ele, esse caso “é mais fácil de ser detectado, pois o estilo de escrita muda durante o texto”, mas alerta que um rastro desse delito fica aparente, porque, “quando a revisão é um amontoado de citações literais, normalmente o texto é descontinuado e os termos não são usados com o mesmo significado, ou seja, a revisão é de baixa qualidade.” (BORNIA, 2009, [on-line]).

Ken Kirkpatrick, também em artigo na internet, identifica os seguintes tipos de plágio em trabalhos acadêmicos:

1. **Plágio direto:** Consiste em copiar uma fonte palavra por palavra sem indicar que é uma citação e sem fazer referência ao autor.
2. **Tomar emprestado a monografia de outros estudantes:** Dormitórios, repúblicas e fraternidades provêem atmosferas propícias para o empréstimo de textos. Não há nada errado em estudantes ajudarem uns aos outros ou trocarem informações. Mas você deve escrever seus próprios textos. Apresentando um texto que alguma outra pessoa escreveu é um caso especial de plágio direto.
3. **Referência vaga ou incorreta:** Um escritor deve indicar onde um empréstimo começa e termina. Algumas vezes, um escritor faz referência a uma fonte uma vez, e o leitor presume que as sentenças anteriores ou parágrafos

tenham sido parafraseados quando na verdade a maior parte do texto é uma paráfrase desta única fonte. O escritor falhou na indicação clara dos seus empréstimos. Paráfrases e resumos devem ter seus limites indicados por referências - no começo com o nome do autor, no fim com referência entre parênteses. O escritor deve sempre indicar quando uma paráfrase, resumo ou citação começa, termina ou é interrompida.

4. **Plágio mosaico:** Esse é o tipo de plágio mais comum. O escritor não faz uma cópia da fonte diretamente, mas muda umas poucas palavras em cada sentença ou levemente reformula um parágrafo, sem dar crédito ao autor original. Esses parágrafos ou sentenças não são citações, mas estão tão próximas de ser citações que eles deveriam ter sido citados ou, se eles foram modificados o bastante para serem classificados como paráfrases, deveria ter sido feito referência à fonte. (KIRKPATRICK, 2009, [on-line])

O plágio, descoberto ou não, compromete o valor da obra, desqualifica o pretendo autor e danifica a idoneidade da instituição de ensino. Temendo estragos à sua imagem e os prejuízos financeiros que a recepção de trabalhos fraudulentos lhes podem advir, a maioria das instituições de ensino superior vêm investindo em ações de detecção de plágio nos textos recebidos dos seus alunos.

Nessa tarefa, os recursos da informática são os mais importantes aliados. Alguns softwares de informática foram desenvolvidos recentemente para esse fim, e vêm dando celeridade e eficácia nessas buscas.

No Brasil, o *software* “Farejador de Plágio”, desenvolvido pelo professor gaúcho e engenheiro da computação Maximiliano Zambonato Pezzin, é uma das estrelas nessas investigações. O programa é capaz de detectar imitações ou cópias de textos disponibilizados na internet e indicar o percentual de



coincidência entre as redações, arrefecendo a intranquilidade dos docentes e das instituições. (FERREIRA, 2008)

É conveniente admitir-se, no entanto, que pouquíssimos se submeteriam à situação vexatória da apresentação de trabalho com plágio se dominassem a técnica da pesquisa e da produção textual, deficiências cuja culpa, honestamente, não pode ser atribuída somente aos discentes.

# 4

---

## A situação jurídica do plágio

tenção do agente, é primordial. Trata-se de ação dolosa de usurpação (convenientemente “camuflada”) da obra alheia [...] Embora o plágio não esteja regulado, em sua especificidade, no direito positivo pátrio, esse aspecto subjetivo (“dolo”) já se encontra incorporado como fundamental à caracterização do delito em legislações estrangeiras. (COSTA NETTO, apud MARTINEZ, 2009, p.9)

Diante disso, Martinez (2009, p. 9) avalia que “no caso do plágio não resta dúvida da intencionalidade e do dolo, como artifícios engendrados a fim de se angariar vantagens absolutamente inconfessáveis, desonestas, injustas e não-cabidas”.

De acordo com a Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica” (art. 28), e sua utilização “depende de autorização prévia e expressa do autor”, “por quaisquer modalidades, tais como: I – a reprodução parcial ou integral; II – edição; III – a adaptação, o arranjo musical, e quaisquer outras transformações; [...]” (art. 29).

À violação desses direitos autorais, em que se faz qualquer utilização não autorizada, chama-se contrafação:

**1.** fingimento, simulação, disfarce; **2.** [...] falsificação de produtos, valores, assinaturas, de modo a iludir sua autenticidade. **3.** Derivação: por extensão de sentido. a obra, objeto, assinatura etc. reproduzida ou imitada fraudulentamente; **4.** [...] usurpação ou violação dos direitos autorais ou da propriedade intelectual sobre obra literária, científica ou artística; violação do direito de marca de indústria. (HOUAISS, 000)

Em parecer acerca de plágio cometido por acadêmicos do curso de Direito de uma faculdade, os pareceristas afirmam que

Toda forma de plágio, cópia intencional e dolosa, assemelhando-se à desonestidade intelectual, falsidade Juridicamente, o plágio é classificado como “crime contra a propriedade imaterial”, tipificado nos crimes contra a propriedade intelectual. Trata-se de violação de direito autoral, de que trata o artigo 184 do Código Penal Brasileiro, ou de “usurpação de nome ou pseudônimo alheio”, como estabelece o mesmo CPB em seu artigo 185 a conduta de “Atribuir falsamente a alguém, mediante o uso de nome, pseudônimo ou sinal por ele adotado para distinguir seus trabalhos, a autoria de obra literária, científica ou artística”.

Assim, o plágio, além de constituir-se em conduta antiética e amoral, pode ser configurado como crime qualificado de fraude ou estelionato.

No Brasil, ainda não há norma jurídica específica para esse ilícito, entretanto, ele pode ser equiparado, por analogia, a outros crimes mais graves.

Para o professor José Carlos Costa Netto (apud MARTINEZ, 2009, p. 9) o plágio é, ainda, uma modalidade de “furto intelectual”:

[...] certamente, o crime de plágio representa o tipo de usurpação intelectual mais repudiado por todos; por sua malícia, sua dissimulação, por sua consciente e intencional má-fé em se apropriar — como se de sua autoria fosse [...] que sabe não ser sua (do plagiário) [...] No crime de plágio, a avaliação dos aspectos subjetivos, especialmente no que concerne à efetiva ideológica, crime de falsificação, adulteração ou simples remoção da fonte ou da identificação do seu criador, com a subsequente nomeação do falsário, deve ser coibida, inibida, reprimida, punida, para que não se estimule o dolo e a corrupção. (MARTINEZ, 2009, p. 11)

## Fugindo do plágio

Tanto na dissertação acadêmica quanto em qualquer outra produção textual, não constitui plágio ou crime o empréstimo de partes de texto ou ideia alheia quando se lhe credita a fonte. Ou seja, é legal transcrever por empréstimo parte de obra de outrem, desde que em toda ocorrência se identifique, no caso de produção textual, o nome do autor, a obra consultada, o local da publicação, o editor, o ano da publicação e o número da(s) página(s) em que se encontra o trecho copiado. Ressalte-se que aqui se trata de **parte** de obra, não do seu inteiro teor, o que não é aceitável nem legal.

Esses simples cuidados, feitos com a devida técnica, eliminam qualquer possível irregularidade de autoria. As regras a serem seguidas são as Normas Brasileiras (NBRs), elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade nacional que cuida oficialmente do estudo e do estabelecimento dos critérios para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, dentre outros.

São diversas as NBRs que tratam do trabalho acadêmico, sendo as seguintes as que dizem respeito diretamente às dissertações de conclusão de curso:

*NBR 6023.* Informação e documentação – Referências – elaboração. Em vigor desde 2002.

*NBR 6024.* Informação e documentação – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Em vigor desde 2003.

*NBR 6026.* Legenda bibliográfica. Em vigor desde 1994.

*NBR 6027.* Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Em vigor desde 2003.

*NBR 6028.* Resumos. Em vigor desde 1990.

*NBR 6029.* Livros e folhetos. Em vigor desde 2002.

*NBR 6032.* Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriados. Em vigor desde 1989.

*NBR 6034.* Preparação de índices de publicações. Em vigor desde 1989.

*NBR 10520.* Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Em vigor desde 2002.

*NBR 10719.* Apresentação de relatórios técnico-científicos. Em vigor desde 2002.

*NBR 12225.* Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Em vigor desde 2004.

*NBR 12899.* Catalogação-na-publicação de monografia. Em vigor desde 1993.

*NBR 14724.* Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Em vigor desde 2005.

Em geral, são documentos de poucas páginas, de fácil assimilação, e sempre exemplificados. Lamentavelmente, suas cópias não são livremente disponibilizadas, tendo acesso legal a elas apenas aqueles que se associam à ABNT ou compram seus exemplares de forma avulsa, cujos preços são inviáveis à maioria dos estudantes e, mesmo, a boa parcela dos docentes. Essa situação se constitui em prejuízo à democratização do saber científico e ajuda a alimentar a indústria da “assessoria” de normalização que lamentavelmente infesta o país.

Diante disso, cabe a cada faculdade elaborar e disponibilizar seu próprio manual de normas, não apenas para levar a conhecimento as normas gerais de normalização, mas também para dirimir as lacunas e omissões existentes nas NBRs, que devem ser regulamentadas pelas instituições de ensino.

As faculdades que não conseguem transmitir aos discentes o conhecimento das normas de elaboração de acadêmicos, nas disciplinas específicas ou em cursos extraordinários, certamente enfrentam um número maior de casos de inadequação textual e de plágio nas dissertações de seus alunos. Por outro lado, os formandos, vendo-se impotentes e incapazes na elaboração do trabalho de conclusão de curso, depois de vários anos de estudos, desesperadamente recorrem a uma forma irregular de resolver a questão, inclusive pagando por um objeto que obrigatoriamente deveria saber fazer.

# 6

---

## A estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação acadêmica de conclusão de curso, seja monografia ou tese, compreende três partes: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais. Há elementos que devem constar em todos os trabalhos, por isso chamados **obrigatórios**; e os **opcionais** (NBR 14724/2002, item 4).

Como a nossa abordagem não contempla o estudo integral do trabalho acadêmico, apresentamos neste capítulo apenas uma breve abordagem sobre sua estrutura, para que nos situemos na questão específica deste trabalho.

### 6.1 A disposição dos elementos

Os elementos da dissertação devem obedecer à seguinte ordem, conforme estabelece o item 4 da *NBR 14724/2002*:

<b>Pré-textuais</b>		
	Capa	obrigatório
	Lombada	opcional
	Folha de rosto	obrigatório
	Errata	opcional
	Folha de aprovação	obrigatório
	Dedicatória(s)	opcional
	Agradecimento(s)	opcional
	Epígrafe	opcional
	Resumo na língua vernácula	obrigatório
	Resumo em língua estrangeira	obrigatório
	Lista de ilustrações	opcional



Lista de tabelas	opcional
Lista de abreviaturas e siglas	opcional
Lista de símbolos	opcional
Sumário	obrigatório

Textuais	Introdução	
	Desenvolvimento	
	Conclusão	
Pós-textuais	Referências	obrigatório
	Glossário	opcional
	Apêndice(s)	opcional
	Anexo(s)	opcional
	Índice(s)	opcional

## A citação, a chamada e a nota

No campo da metodologia científica, a **citação** é, simplesmente, “a menção de uma informação extraída de outra fonte”, conforme define a *NBR 10520/2002*, da ABNT. A citação pode ser a transcrição de uma locução, de uma frase, de um parágrafo, ou mesmo a simples reprodução de uma ideia ou conceito. Como veremos adiante, a citação pode ser **direta** ou **indireta**.

Tomemos como exemplo o seguinte texto:

A crise da filosofia está patente nesta frase de um discípulo de Augusto Comte: “filosofia caminha pelos pés da ciência”. A situação era bem diferente da anterior, em que se podia dizer que as ciências caminhavam pelos pés da filosofia. (COELHO, 2007, p. 55)

O trecho acima é uma **citação**, ou seja, a transcrição literal de parte de uma obra. Não por acaso, a primeira aceção dada ao verbo “citar”, surgido ainda no século XIII, é exatamente “transcrever”, sendo esse seu sinônimo mais aproximado.

A citação pode ser feita de diversas formas. Ela é **direta** quando se transcreve *ipsis litteris* (letra por letra; tal como está escrito) um trecho da obra mencionada.

A **citação direta** é classificada ainda em “citação curta” e “citação longa”. É **curta** quando ocupa até três linhas do texto; e **longa** quando mais de três linhas. Cada um desses casos recebe uma disposição gráfica diferenciada no texto científico.

O exemplo da página anterior é um caso de citação longa, **29**

sendo por isso disposta em fonte (tamanho da letra) e entrelinha menores, além de recuo do texto maior que o da primeira linha, conforme determina a norma para esse caso.

Estabelece o item 5.3 da *NBR 10520* que “As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.”

Observe-se que no final da citação disposta na página anterior ocorre a indicação, entre parênteses, do autor (sobrenome), o ano da publicação da obra e a página onde se encontra o texto transcrito — (COELHO, 2007, p. 55). A essa indicação dá-se o nome de **chamada**, termo emprestado do jornalismo, que a emprega nas primeiras páginas dos jornais para indicar a seção (ou caderno) e a página em que está localizada a notícia indicada.

A **chamada** pode ser feita de outra forma que não a do exemplo acima, de acordo com o sistema escolhido: o **autor-data** ou o **numérico**. Como se pode depreender, o sistema do modelo citado é o autor-data, em que deve constar o nome do autor, o ano da publicação e a página do texto citado.

No **sistema numérico**, a chamada é feita empregando-se um indicador numérico ou alfabético-remissivo logo após a citação (mesmo local onde caberia a chamada no sistema autor-data). Nesse caso, ela é feita sempre em fonte sobrescrita, ou seja, com tamanho menor que a do texto, com caracteres elevados, remetendo-se à referência propriamente dita, que nesse sistema pode ser disposta tanto em nota de rodapé quanto em seção de notas, logo após a conclusão da parte textual da dissertação ou mesmo no final de cada capítulo. Diferentemente das referências de corpo de texto utilizadas no sistema “autor-data”, as notas de rodapé e as notas referenciais podem ser explicativas, e não apenas indicativas.

Vejam os exemplos a seguir: “A numeração das notas de referência é feita por algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva para cada capítulo ou parte.”<sup>1</sup>

No parágrafo acima, onde se verifica uma *citação direta, curta*, constata-se uma chamada numérica. Tendo menos de três linhas, ela é disposta na mesma fonte e tamanho do texto, com aspas no início e no final do trecho transcrito. A chamada é disposta em fonte sobrescrita, ou seja, uma chamada numérica que remete à nota de rodapé, colocada logo na parte inferior, no rodapé da página (como no final desta página), onde é feita a indicação do autor, ano de publicação e página do texto transcrito.

As notas de rodapé são dispostas, como diz o próprio termo, no rodapé da página em que se finaliza o texto referenciado. Por sua vez, as **notas de referência** devem ficar no final de cada capítulo ou finalizando a parte textual do trabalho, em seção identificada com o título “NOTAS”.

Há, ainda, a **citação indireta**, que é o “texto baseado na obra do autor consultado” (NBR 10520/2002), mas não transcrito literalmente. Pode ser tanto um texto reescrito, em que se mantém a mesma estrutura e informação do original, quanto uma redação original, em que se dá a mesma informação da redação consultada. Nessa categoria se inclui a **paráfrase**, recurso largamente utilizado, que se constitui plágio quando não acompanhada de chamada ou referência indicativa de autoria.

Tomemos como exemplo de citação indireta uma paráfrase elaborada a partir de um parágrafo da obra *Do contrato social*, do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau

Pelo pacto social demos existência e vida ao corpo político. Trata-se agora de dar-lhe movimento e vontade

---

<sup>1</sup> ABNT, 2002, p. 5.

por meio da lei, pois o ato primitivo pelo qual o corpo se forma e se une não determina nada do que se deve fazer para assegurar sua conservação. (ROUSSEAU, 2008, p. 40)

Confirmamos agora uma nova redação dada a esse parágrafo, uma paráfrase:

A existência e a vida ao corpo político foram dadas pelo pacto social. Convém agora assegurar-lhe movimento e vontade através da lei, porque o ato originário através do qual o corpo se forma e se une não estabelece nada do que deve ser feito para garantir sua conservação. (ROUSSEAU, 2008, p. 40)

Outra forma de apresentação desse texto poderia ser:

Segundo Rousseau (2008, p. 40), a existência e a vida ao corpo político foram dadas pelo pacto social. Convém agora assegurar-lhe movimento e vontade através da lei, porque o ato originário através do qual o corpo se forma e se une não estabelece nada do que deve ser feito para garantir sua conservação.

Não havendo, na paráfrase acima, a **chamada** regulamentar, constituiria-se o texto em plágio. Identificando-se, no entanto, a **fonte** do texto, torna-se ele uma citação indireta, em conformidade com as normas científicas e sem qualquer demérito ético ou legal.

## NOTAS DE RODAPÉ

As **notas de rodapé** relacionadas à citação podem ter caráter indicativo ou explicativo ou misto. As notas indicativas

são as que trazem apenas o “endereço” da citação, ou seja, o nome do autor, a data da publicação e a página referente ao texto. Por seu turno, o texto explicativo tem como característica a explicação ou aprofundamento do texto a que se relaciona.

As notas mistas trazem, ao mesmo tempo, a *chamada* e a explicação, às vezes também remetendo o leitor a outras obras que tratam do assunto abordado.

Exemplos:

Nota de rodapé indicativo:

<sup>5</sup> SANTOS, Milton, O espaço dividido. São Paulo: Nobel, 1987, p. 55.

Nota de rodapé explicativo:

<sup>7</sup> A Amazônia Legal é uma região instituída politicamente para fins de planejamento econômico, dela fazendo parte os estados da Região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), mais o Estado do Mato Grosso e parte do Maranhão.

Nota de rodapé misto (indicativo-explicativo):

<sup>9</sup> FRANKLIN, Adalberto. 2005, p. 76. Com a deflagração da Revolução Constitucionalista, o major-aviador Lysias Rodrigues alistou-se com as forças de São Paulo e comandou o 1o Grupo de Aviação Constitucionalista, sendo exilado após a rendição paulista, retornando ao Brasil somente em 1934.

---

## A referência

O item 3.9 da NBR 6023/2002 conceitua a **referência** como o “conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”. O termo **referência**, em sua acepção mais antiga, significa “mencionar o nome de”.

Pode-se dizer, então, que, na dissertação científica, **referência** é a anotação que se faz para indicar a fonte de texto consultado ou transcrito.

A norma da ABNT que trata especificamente da elaboração de referências é a *NBR 6023/2002*. Algumas outras normas correlatas e ela são:

*NBR 6032/1989* – Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas – Procedimento;

*NBR 10520/2002* – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação;

*NBR 10522/1988* – Abreviação na descrição bibliográfica - Procedimento;

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano.

Diz a *NBR 6023/2002*, em seu item 5, que a referência pode ser apresentada tanto no fim de texto ou capítulo, no rodapé da página em que se encontra a chamada, na lista de referências ou antecedendo resumos, resenhas e resenhas e resenhas.

A disposição da referência obedece a uma padronização rígida e uniforme, com forma diferenciada para cada tipo de mídia: livro, revista, jornal, tese, dissertação, texto disposto em meio eletrônico etc.

Os elementos essenciais que deve conter uma **referência** (ocorrência mais comum em livros), de acordo com o item 7.1.1 da *NBR 6023/2002*, são:

- a) autor(es),
- b) título,
- c) número da edição (a primeira não deve ser citada)
- d) local (cidade em que a obra foi editada),
- e) editora e
- f) data de publicação.

Quando se tratar de “autor pessoal”, ou seja, quando o autor é uma pessoa, a referência começa pelo último sobrenome do autor, seguindo-se do(s) prenome(s). Caso a obra seja coletiva (tenha mais de um autor), os nomes dos autores devem ser separados por ponto-e-vírgula (*NBR, 8.1.1*).

Exemplos:

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. *Critpo maranhense e seu legado*. São Paulo: Siciliano, 2001.

Quando os autores forem mais de três, deve ser indicado apenas o nome do primeiro, seguido do termo “et al”, redução da expressão latina *et alii*, que significa “e outros”.



Exemplo:

URANI, A. et al. *Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil*. Brasília: IPEA, 1994.

O exemplo acima tem a forma padrão exigida na seção “REFERÊNCIAS”, do final da dissertação.

Perceba-se que a **entrada** (palavra ou termo inicial) é sempre em caixa-alta (letras maiúsculas); o título deve ficar grafado em *itálico* ou **negrito** (a maioria das instituições de ensino determinam sua preferência); o local de publicação é sempre acompanhado de dois-pontos; o nome da editora é seguido de uma vírgula, depois do que se põe a data de publicação.

Estabelecida a identificação de citação, chamada, nota e referência, a partir do capítulo seguinte trataremos mais detalhadamente das normas que a eles se referem.

## O padrão básico da citação

Vimos que a **citação** é a “menção de uma informação extraída de outra fonte”, conforme define a *NBR 10520/2002*. Também, que a citação é classificada em **direta** e **indireta**. E, ainda, que ela pode aparecer tanto no corpo do texto quanto em notas de rodapé.

A citação obedece às regras da *NBR 10520* — “Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação” —, que teve sua última versão publicada em agosto de 2002.

As “Regras gerais de apresentação” da citação estão descritas no item 5 da *NBR 10520*. Ela determina que as chamadas devem ser sempre grafadas em letras maiúsculas e minúsculas quando no corpo do texto, e em maiúsculas quando entre parênteses.

Exemplos (citação indireta e citação direta, respetivamente):

Segundo Rousseau (2008, p. 40), a existência e a vida ao corpo político foram dadas pelo pacto social. Convém agora assegurar-lhe movimento e vontade através da lei, porque o ato originário através do qual o corpo se forma e se une não estabelece nada do que deve ser feito para garantir sua conservação.

A existência e a vida ao corpo político foram dadas pelo pacto social. Convém agora assegurar-lhe movimento e vontade através da lei, porque o ato originário através do qual o corpo se forma e se une não estabelece nada do que deve ser feito para garantir sua conservação. (ROUSSEAU, 2008, p. 40)

Quando se tratar de publicação periódica — jornal, revista etc. —, nas citações diretas, deve-se especificar também o volume (edição), o tomo ou seção da fonte consultada, quando for o caso. Esses elementos são dispostos em ordem específica, após a **entrada** e a **data**, sempre seguidos de vírgula.

Exemplo (revista):

É aceito entre os profissionais da área que “entre as principais causas de retrabalhos na indústria gráfica [...], a campeã é a reprodução inadequada das cores” (PUBLISH, 2009. v. 102, p. 24).

Exemplo (jornal):

A resolução facilita a ação diplomática e militar contra nações que usem tecnologia nuclear civil para fins militares ou permitam que outros países façam isso, e seus alvos mais óbvios são Irã e Coréia do Norte. (FOLHA DE S. PAULO, 2009, n. 29.395, p. A14)

Nas citações indiretas, comumente indica-se somente o autor da obra e o ano da publicação. Os demais dados, nesse caso, são opcionais.

Exemplo:

Ao contrário da prática atual, as escolas filosóficas de antigamente davam maior ênfase aos atos que aos discursos. (FERRY, 2007)

O texto da citação direta — com menos de três linhas — deve ser disposto entre aspas duplas (“ ”), devendo ser usadas as aspas simples (‘ ’) para reproduzir as aspas já existentes no texto reproduzido.

Exemplo:

Então “Os selvagens gritaram: ‘Lá vêm os nossos inimigos, os Tupiniquins!’ Eles queriam esconder-se [...] mas eles nos perceberam” (STADEN, 2009, p. 105).

É natural que diante dessa questão se interrogue, como o fez Dowbor (2003, p. 49):

“Como trabalhar em sistema ‘just in time’ [...], se a empresa não está articulada de forma muito precisa com seus fornecedores?” (DOWBOR, 2003, p. 49)

Observe-se que, nos dois exemplos acima, de citação direta curta, o texto transcrito é iniciado e terminado com aspas duplas, e a parte desse texto em que já continha aspas duplas passa a receber aspas simples.

Quando, porém, a citação é longa — com mais de três linhas —, o texto citado não recebe aspas, a não ser que elas já existam no texto transcrito. Nesse caso, serão mantidas as aspas duplas, como se pode observar no exemplo abaixo:

Como trabalhar em sistema “just in time”, por exemplo, com níveis de estoque de algumas horas, se a empresa não está articulada de forma muito precisa com seus fornecedores? Ma prática, o que ocorre é a gradual substituição do mercado por um sistema articulado de dependências interempresariais, criando um contexto novo de organização da produção. (DOWBOR, 2003, p. 49)

Resumindo:

A formatação do texto da citação direta longa deve ser feita, como se disse antes, em fonte de corpo menor (geralmente corpo 10, quando o texto normal for em corpo 12), com recuo de quatro centímetros da margem do texto, que não deve ser iniciado com aspas (a não ser que elas façam parte do texto transcrito).

De acordo com o item 5.5 da *NBR 10.520*, se a citação tiver como fonte uma informação verbal (palestra, debate, comunicação, entrevista), deve-se “indicar, entre parênteses, a ex-

pressão *informação verbal*, mencionando-se os dados disponíveis em nota de rodapé”. Nesse caso, não se emprega a **chamada** da citação, e sim uma **referência numérica\***, como se vê no exemplo a seguir:

Exemplo (no corpo do texto e no rodapé da página):

O Polocentro trouxe uma conseqüência que eu considero também séria que é a expulsão da população que habitava o cerrado porque com a mecanização intensa, com a tecnologia, com o capital, essas populações, os pequenos produtores não tinham nem o capital nem a condição tecnológica para absorver os recursos do Polocentro. (Informação verbal)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Marcelo de Paula, ex-técnico da Sudeco, em 4 de julho de 1995.

# 10

---

## Supressões, acréscimos e destaques

Supressões, interpolações, acréscimos, comentários e destaques em citação são também regulados pela *NBR 10520*.

Essa norma determina que quando se transcreve um texto suprimindo-se parte dele, deve-se utilizar **três pontos entre colchetes** — [...] — para essa indicação; nunca parênteses. Da mesma forma, se se fizer algum acréscimo a esse texto, deve vir também a inclusão entre colchetes.

Para os exemplos dessas situações, tomemos como base o texto a seguir:

Há, de um lado, mais conhecimento sobre o território, graças às novas possibilidades de teledetecção (veja-se, no Brasil, o trabalho do Projeto Radam) e aos progressos obtidos na previsão meteorológica (o caso do radar meteorológico de Bauru é outro é exemplar); por outro lado, os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. (SANTOS, 2008, p. 40)

Exemplos de supressão:

Há, de um lado, mais conhecimento sobre o território, graças às novas possibilidades de teledetecção (veja-se, no Brasil, o trabalho do Projeto Radam) e aos progressos obtidos na previsão meteorológica [...]; por outro lado, os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. (SANTOS, 2008, p. 40)

[...] graças às novas possibilidades de teledeteção (veja-se, no Brasil, o trabalho do Projeto Radam) e aos progressos obtidos na previsão meteorológica [...]; por outro lado, os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. (SANTOS, 2008, p. 40)

“[...] por outro lado, os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação.” (SANTOS, 2008, p. 40)

É inegável que atualmente temos “[...] mais conhecimento sobre o território, graças às novas possibilidades de teledeteção [...] e aos progressos obtidos na previsão meteorológica [...]” (SANTOS, 2008, p. 40).

Nos casos de acréscimo, comumente usado para dar maior clareza a termo empregado ou acrescentar-se informação, deve o **texto acrescido** vir **entre colchetes** — [texto aqui] — para essa indicação; também nesse caso não se deve utilizar parênteses.

Como exemplo, tomemos o seguinte texto:

Para os gregos, e particularmente para os sofistas, o temor da morte era finalmente vencido no momento em que o sábio compreendia que ele próprio era parte, uma parte ínfima, sem dúvida, mas real, da ordem cósmica eterna. (FERRY, 2007, p. 113)

O mesmo texto, citado com acréscimo:

Para os gregos, e particularmente para os sofistas [mestres gregos da retórica], o temor da morte era finalmente vencido no momento em que o sábio compreendia que ele próprio era parte, uma parte ínfima, sem dúvida, mas real, da ordem cósmica eterna. (FERRY, 2007, p. 113)

Note-se que os parênteses somente são usados na citação quando fizerem parte do texto citado, como se observa nos exemplos mostrados.

Quando se pretender dar ênfase ou destaque a uma palavra, frase ou parte de texto, seja na citação ou corpo da redação, deve-se empregar os recursos de **negrito**, de *itálico* ou de grifo. É conveniente, entretanto, escolher-se uma dessas formas para as palavras estrangeiras e técnicas e outra para os destaques.

Atualmente, o grifo sublinhado é recurso pouco usual, empregando-se com mais frequência o **negrito** e o *itálico*. É comum preferir-se o *itálico*, também, para a grafia de títulos de obras literárias, artísticas e periódicos.

Na citação em que se emprega destaque, deve-se sempre indicar a origem do grifo (seja **negrito** ou *itálico*). Se o destaque já faz parte do texto transcrito, deve-se acrescentar à chamada o termo “grifo do autor”; quando o destaque é feito por aquele que faz a transcrição (no caso, o autor da dissertação), deve-se apor o termo “grifo nosso”.

Vejamos alguns exemplos:

a) Destaques de termos em **negrito**:

Todavia, se essa teoria parecer excessivamente brutal, pode-se corrigi-la com o conceito de **servidão voluntária**. (CHAUI, 2000, p. 65, grifo do autor)

Esta receita não é ficção, é um modelo perfeitamente praticável, com base na **competência** e na **seriedade**. (OLIVEIRA, 2005, p. 122, grifo do autor)

Para os gregos, e particularmente para os **sofistas**, o temor da morte era finalmente vencido no momento em que o sábio compreendia que ele próprio era parte, uma parte ínfima, sem dúvida, mas real, da ordem cósmica eterna. (FERRY, 2007, p. 113, grifo nosso)



b) *Itálico* em obra literária e artística:

Em sua obra *Vida gemida em Sambambaia*, que retrata as secas de 1932 a 1953, o escritor Fontes Ibiapina compõe o cenário dessa hégira em terras do Piauí. (FRANKLIN, 2008, p. 111)

A revista *Época*, edição 102, de 1 de maio de 2000, publica matéria em que noticia a ligação do empresário Sérgio Naya com o narcotráfico. (OLIVEIRA, 2005, p. 151)

Um belíssimo filme inglês, *The Loneliness of the Long Distance Runner*, apresenta a história de um aluno de uma boa escola secundária que é um bom atleta do corridas de longa distância. (DOWBOR, 2003, p. 74)

c) *Itálico* em termo estrangeiro:

O resultado culminou com o pedido de *impeachment* do presidente, que, mesmo tentando fugir da cassação pela renúncia, terminou sendo afastado. (OLIVEIRA, 2005, p. 62)

Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. (HOBSBAWM, 1995, p. 245)

## As aspas, os parênteses e o ponto-final

A *NBR 10520* estabelece que o uso do ponto final “deve atender às regras gramaticais”. Assim, seu uso obedece ao que dispõe o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.

Como o Novo Acordo Ortográfico não alterou as regras de pontuação, continuam a valer as que constam do **Acordo Ortográfico de 1943**, que dissecaremos a seguir.

Sobre as **aspas**:

50. *Aspas* – Quando a pausa coincide com o final da expressão ou sentença que se acha entre aspas, coloca-se o competente sinal de pontuação depois delas, se encerram apenas uma parte da proposição; quando, porém, as aspas abrangem todo o período, sentença, frase ou expressão, a respectiva notação fica abrangida por elas. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009, p. LXXXIII)

Sobre os **parênteses**:

51. *Parênteses* – Quando uma pausa coincide com o início da construção parentética, o respectivo sinal de pontuação deve ficar depois dos parênteses; mas, estando a proposição ou a frase inteira encerrada pelos parênteses, dentro deles se põe a competente notação. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009, p. LXXXIV)

Sobre o **ponto-final**:

53. *Ponto-final* – Quando o período, oração ou frase termina por abreviatura, não se coloca o ponto-final

adiante do ponto abreviativo, pois este, quando coincide com aquele, tem dupla serventia. Ex.: “O ponto abreviativo põe-se depois das palavras indicadas abreviadamente por suas iniciais ou por algumas das letras com que se representam, v.g.: V. S.<sup>a</sup>, II.<sup>mo</sup>, Ex.<sup>a</sup>, etc.”

Tomemos então alguns exemplos:

Caso 1:

“A opinião nada tem a dizer e carece de qualquer utilidade prática. É nomeada em público, mas existirá realmente?” (JASPERS apud SILVA, 2009, p. 28).

Veja-se no exemplo acima, uma citação direta curta, em que as aspas envolvem o ponto de interrogação — visto que este faz parte do texto transcrito — e o ponto-final é colocado somente depois do fechamento de parênteses da chamada.

Caso 2:

“Utilizando, com um novo sentido, a expressão *região*, diremos que o espaço total brasileiro é [...] preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*.” (SANTOS, 2008, p. 73, grifos do autor).

Aqui o ponto fica envolvido pelos parênteses, indicando que a frase transcrita aí se encerra, enquanto o ponto-final é também colocado após o fechamento de parênteses da chamada.

Caso 3:

Se, porém, a oração transcrita não contivesse aí um ponto, seria assim disposta a citação:

“[...] o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas* [...]” (SANTOS, 2008, p. 73, grifos do autor).

#### Caso 4:

Se se quiser, entretanto, acrescentar ao texto um outro sinal gráfico não existente no original, deve ele ser apostado logo após as aspas:

“[...] diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas e regiões urbanas*”? (SANTOS, 2008, p. 73, grifos do autor).

Como se vê nos exemplos apresentados, as aspas envolvem somente a pontuação já existente no texto original transcrito; quando não, o ponto pode ser colocado entre colchetes (caso de acréscimo) ou após o fechamento das aspas, enquanto **o ponto-final se coloca sempre após o fechamento dos parênteses.**

## Normas básicas da referência

As referências em dissertações acadêmicas estão reguladas pela *NBR 6023*, de agosto de 2002 — *Informação e documentação – Referências – Elaboração*. Suas regras gerais são tratadas no item 6 dessa norma.

A referência é, conforme conceitua o item 3.9 dessa norma, um “conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”.

O item 6.1 desse documento diz que “os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada.”

Como vimos anteriormente, os elementos essenciais para a elaboração de uma referência em livro são:

1. autor(es);
2. título;
3. número da edição (a primeira não deve ser citada);
4. local (cidade em que a obra foi publicada);
5. editora; e
6. data de publicação.

A referência é disposta, em geral, em nota de rodapé, em fim de capítulo e em lista de referências.

A disposição gráfica da referência é também regulada pela *NBR 6023*, que estabelece:

6.3 As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Quando aparecerem em notas de rodapé, serão alinhadas, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

A primeira parte da norma trata da disposição da referência na seção “Referências”, item pós-textual obrigatório na dissertação. Quando em nota de rodapé, como regula a segunda parte da regra, deve ser também alinhada à esquerda, mas com recuo a partir da segunda linha, com o objetivo de destacar o expoente que a antecede.

Exemplo de referências na seção “Referências”:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Editora 34, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Exemplos de referências em notas de rodapé:

---

<sup>10</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**: 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

<sup>11</sup> FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

<sup>12</sup> LÉVY, P. *Cibercultura*. editora 34, 1999.

<sup>13</sup> SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Quanto aos recursos tipográficos a serem utilizados nas referências, diz a *NBR 6023*:

6.5 O recurso tipográfico (negrito, grifo ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. Isto não se aplica às obras sem indicação de autoria, ou de responsabilidade, cujo elemento de **entrada** é o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas na primeira palavra, com exclusão de artigos (definidos e indefinidos) e palavras monossilábicas. (grifo nosso)

A primeira parte da norma apenas lembra que deve haver uniformidade no emprego dos recursos tipográficos, como, por exemplo, quando se optar pelo uso do *itálico* nos títulos das obras referenciadas, esse mesmo recurso deve ser empregado em todos os casos, uniformemente.

A segunda parte trata dos casos em que é impossível identificar o autor da obra, transformando-se o título em **entrada** da referência, no lugar do sobrenome do autor.

Convém ressaltar que **entrada** é a denominação que se dá ao primeiro elemento da referência, que é, geralmente, o sobrenome do autor, podendo tanto ser uma pessoa física quanto jurídica; uma instituição ou evento (congresso, seminário etc.). Quando a publicação não identifica seu autor, a entrada passa a ser o título do trabalho.

Exemplos:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo**, 1992. São Paulo, 1993.

AVIAÇÃO Comercial Brasileira: Resumo histórico: Disponível em: <<http://zrak.ifrance.com/aero-00.pdf>>. Acesso em 8 fev. 2008.

PESQUISA Ferroviária CNT 2006. Brasília: Confederação Nacional do Transporte, 2006.

## Modelos de referência

As referências variam conforme os elementos disponíveis e o tipo de publicação ou objeto referenciado. Como vimos anteriormente, mesmo os elementos essenciais podem alterar sua disposição, como, por exemplo, quando não se sabe o nome do autor. Também, a ausência de informação, seja do local de publicação, da editora, do ano de publicação, dentre outros, modifica a forma da referência.

A forma de apresentação da referência é diferenciada, ainda, conforme a publicação ou o objeto referenciado. Sendo uma publicação periódica, como revista ou jornal, novos elementos são exigidos, como o número do volume e data de publicação (nestes casos, não apenas o ano, mas o período ou dia).

Neste capítulo, um tanto mais extenso, apresentamos os diferentes modelos de referências possíveis, caso a caso, conforme a *NBR 6023*.

Como vimos, o tipo de referência mais comum de livros conta com os seguintes elementos: autor, título, número da edição, local de publicação, editora e ano de publicação, como mostrado no exemplo a seguir:

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Às vezes, porém, é necessário acrescentar informações complementares sobre a obra.



Vejamos alguns exemplos:

a) Quando a obra é de uma coleção (nesse caso, essa informação é obrigatória):

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 174)

b) Quando se trata de obra estrangeira traduzida (informação também obrigatória):

FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Tradução de Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

c) Quando a obra foi atualizada ou ampliada na nova edição:

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: descentralização e participação - as novas tendências. 2. ed. v. 3. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2003.

d) Quando se quer acrescentar outras informações:

CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000. ISBN 85-86469-27-0.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Novo dicionário Folha Webster's**: inglês/português, português/inglês. Co-editor Ismael Cardim. São Paulo: Folha da Manhã, 1996. Edição exclusiva para o assinante da Folha de S. Paulo.

Passemos, então, às situações específicas:

I – **Obras publicadas em meio eletrônico** referenciadas no todo ou em parte, apresentadas em disquete, CD-ROM, on-line, internet etc.

Exemplos:

a) Obra em CD-ROM:

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.s

b) Obra ou texto encontrados ou copiados na internet:

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Disponível em: <superdownloads.uol.com.br/download/46/principe>. Acesso em: 28 abr. 2009.

MENDES, Stênio Mangy (Org.). **Correio Aéreo Militar e Naval**. Disponível em: <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/correio/>. Acesso em: 27 dez. 2007.

Na referência de material disponibilizado na internet, é obrigatória a indicação do endereço eletrônico em que se encontra o texto ou documento citado. Esse endereço deve ser apresentado entre aspas simples angulares [<>], precedido da expressão “**Disponível em:**”, seguido da expressão “**Acesso em:**” e da data da consulta, de modo abreviado, como se vê acima. Recomenda-se que não se referencie texto eletrônico de curta duração na rede.

II – **Parte de obra** (capítulo de um livro, volume de uma obra, artigo publicado em coletânea, que contenha autor(es) ou títulos próprios, etc.).

Na referência de parte de obra, os elementos essenciais são: autor(es), título da parte, seguidos da expressão “**In:**” (sem o negrito), e da referência completa da publicação no todo. Deve--se informar, ainda, a paginação da parte referenciada.

Exemplo:

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dIDLPO>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

MORFOLOGIA dos artrópodes. In: ENCICLOPÉDIA multimídia dos seres vivos. [S.l.]: Planeta DeAgostini, 1998. 1 CD-ROM.

III – **Publicação periódica** (coleção de livros, fascículo ou número de revista, número de jornal, caderno etc., na íntegra. Também, artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens etc.).

Aqui, os elementos essenciais são: título, local da publicação, editora, datas de início e de encerramento da publicação, se for o caso de publicação encerrada. Se a publicação ainda estiver ativa, coloca-se apenas a data de início da publicação, seguida de um travessão.

Exemplos:

ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 543, 13 out. 2008.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939–.

Sendo necessário, devem ser acrescentados elementos complementares à referência.

Exemplo:

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Trimestral.

IV – **Partes de publicação periódica** (volume, fascículo, números especiais e suplementos, entre outros, sem título próprio).

Nesta situação, os elementos essenciais são: título da publicação, local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação.

Exemplo:

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 4, n. 46, jul. 2009.

V – **Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc.** (partes de publicações periódicas — volumes, fascículos, números especiais e suplementos, com título próprio —, comunicações, editorial, entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros).

Para esses casos, os elementos essenciais para são: autor(es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, quando se tratar de artigo ou matéria, data ou intervalo de publicação e particularidades que identificam a parte, se houver.

Exemplos:

LEITÃO, Mateus. Nossa fronteira mais vulnerável. **Época**, São Paulo, n. 543, 13 out. 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Verde, amarelo, azul e mouro. **Revista de história da Biblioteca Nacional**, Riode Janeiro, ano 4, n. 46, jul. 2009.

EQUAÇÃO difícil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 89, n. 29.393, 23 set. 2009, p. A2. Opinião.

## VI – Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. em meio eletrônico.

Para as referências desses documentos, valem os mesmos elementos do item anterior, acrescidos com a indicação da mídia ou endereço eletrônico.

Exemplos:

SPONCHIATO, Diogo. Hepatite C pode favorecer o diabetes. **Saúde**, São Paulo, n. 315, set. 2009. Seção Medicina. Disponível em: <[http://saude.abril.com.br/edicoes/0315/medicina/conteudo\\_498427.shtml](http://saude.abril.com.br/edicoes/0315/medicina/conteudo_498427.shtml)>. Acesso em: 25 set. 2009.

GROSSI, Gabriel Pillar. Célia Diaz Argüero: “A organização do texto vale tanto quanto vírgula e ponto”. **Nova Escola**, São Paulo, n. 225, set. 2009. Seção Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/organizacao-texto-vale-tanto-quanto-virgula-ponto-496882.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2009.

## VII – Artigo e/ou matéria de jornal (comunicações, editorial, entrevistas, recensões, reportagens, resenhas e outros).

São elementos essenciais, para estes documentos, conforme o item 7.5.5.1 da *NBR 6023*: autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplos:

DÁVILA, Sérgio. China supera EUA em cúpula climática. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A16, 23 set. 2009. Seção Ciência.

PRESIDENTE volta a receber Sindjus, mas servidores mantêm greve. **O Progresso**, Imperatriz, p. C1-7, 14 ago. 2009. Seção Regional .

## VIII – Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico.

Para estes, valem os mesmos elementos do item anterior, acrescidos com a indicação da mídia ou endereço eletrônico.

Exemplos:

OLIVEIRA, Nielmar. Contrato entre Petrobras e PD-VSA será assinado em outubro. **JB On-line**, Rio de Janeiro, 27 set. 2009. Seção Mundo. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/27/e27098883.asp>>. Acesso em 29 set. 2009.

INVESTIGAÇÃO revela fraude nos bingos. **OGlobo**, Rio de Janeiro, 27 set. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 set. 2009.

ESCOBAR, Herton. Ameaça ao cerrado se volta para o norte. **Estadão.com.br**, São Paulo, 26 set. 2009. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticias/vida\\_e\\_ameaca\\_ao\\_cerrado\\_se\\_volta\\_para\\_o\\_norte,441513,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/vida_e_ameaca_ao_cerrado_se_volta_para_o_norte,441513,0.htm)>. Acesso em: 29 set. 2009.

## IX – Documentos de eventos (atas, anais, resultados, *proceedings*, entre outras denominações).

Elementos essenciais: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), seguido dos dados de local de publicação, editora e data da publicação. Quando em meio eletrônico, acresce-se o endereço on-line ou as informações da mídia digital.

Exemplo:

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA, 3, 2000. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/conres.htm>>. Acesso em: 29 set. 2009.

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20., 1997, Poços de Caldas. **Química**: academia, indústria, sociedade: livro de resumos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

X – **Trabalho apresentado em evento** (atas, anais, resultados, *proceedings*, entre outras denominações).

Elementos essenciais: autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In:, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

Exemplos:

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

SOUZA, L. S.; BORGES, A. L.; REZENDE, J. O. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21., 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: EMBRAPA, CPATSA, 1994. p. 3-4.

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em: 21 jan. 1997.

XI – **Documento jurídico** (legislação, jurisprudência e doutrina).

Nas referências de documentos jurídicos, os elementos essenciais são: jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra “Constituição”, seguida do ano de promulgação, entre parênteses. (NBR 6023, item 9.9.1.1)

Exemplos:

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Código civil. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. Autoriza o desbloqueio de Letras Financeiras



do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, através de revogação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Resolução nº 72, de 1990. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Lex: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Código civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

Nas referências de decisão judicial (jurisprudência), sejam súmulas, enunciados, acórdãos, sentenças ou outras modalidades, os elementos essenciais são: jurisdição e órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação. (NBR 6023, item 7.9.2)

Exemplos:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. In: \_\_\_\_\_. Súmulas. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-corpus no 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. Lex: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Apelação cível no 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. Lex: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar. 1998.

Sendo necessário, acrescentam-se outros elementos para melhor identificar o documento.

Exemplos:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. Não é admissível por ato administrativo restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. In: \_\_\_\_\_. Súmulas. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Penal. Habeas-corpus. Constrangimento ilegal. Habeas-corpus nº 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. Lex: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Administrativo. Escola Técnica Federal. Pagamento de diferenças referente a enquadramento de servidor decorrente da implantação de Plano Único de Classifi-

cação e Distribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei no 8.270/91. Predominância da lei sobre a portaria. Apelação cível nº 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. Lex: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar. 1998.

A referência de Doutrina – “toda e qualquer discussão técnica sobre questões legais” – (monografias, artigos de periódicos, papers etc.), deve ser feita conforme o tipo de publicação.

Exemplo:

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995.

Nos documentos jurídicos em meio eletrônico, as referências devem obedecer aos padrões indicados para documento jurídico, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, online etc.). (NBR 6023, 7.9)

Exemplos:

LEGISLAÇÃO brasileira: normas jurídicas federais, bibliografia brasileira de Direito. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. 1 CD-ROM.

BRASIL. Regulamento dos benefícios da previdência social. In: SISLEX: Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres da Previdência e Assistência Social. [S.l.]: DATAPREV, 1999. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei no 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/>

mp\_leis/leis\_texto.asp?id=LEI%209887>. Acesso em: 22 dez. 1999.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: <<http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>>. Acesso em: 29 nov. 1998.

XII – **Imagem em movimento** (filme, DVD, videocassete etc.).

Conforme a *NBR 6023*, 7.10.1, os elementos essenciais para esses documentos são: título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas. A estes, podem ser acrescentados outros elementos para melhor identificação.

Exemplo:

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Rio de Janeiro: Riofilme, 1998. 1 CD-ROM.

2 FILHOS de Francisco. Direção: Breno Silveira. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2005. 1 CD-ROM.

LAVOURA arcaica. Direção: Luiz Fernando Carvalho. [S.l.]: Europa Filmes, 2001. 1 CD-ROM. Baseado no romance homônimo de Raduan Nassar.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pera; Vinicius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachtergaele e outros. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2005. 1 CD-ROM.

OS PERIGOS do uso de tóxicos. Produção de Jorge Ramos de Andrade. São Paulo: CERAVI, 1983. 1 videocassete.

OS PERIGOS do uso de tóxicos. Produção de Jorge Ramos de Andrade. Coordenação de Maria Izabel Azevedo. São Paulo: CERAVI, 1983. 1 videocassete (30 min), VHS, son., color.

XIII – **Documento iconográfico** (pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, material estereográfico, transparência, cartaz entre outros).

São elementos essenciais: autor, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação “Sem título”, entre colchetes “[ ]”), data e especificação do suporte. Elementos complementares podem também ser incluídos.

Exemplos:

CUNHA, Fernando. **Igreja Santa Teresa d’Ávila**. 2008. 1 fotografia.

MEIRELES, Brawny. **Ponte da Integração**: Imperatriz, MA. 2009. 1 fotografia, color. 40 cm x 60 cm.

CARRILHO, Pedro. **Refavela**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 jul. 2009. Caderno E, Ilustrada. p. E1. 1 fotografia, color.

SAMÚ, R. Vitória, 18,35 horas. 1977. 1 gravura, serigraf., color., 46 cm x 63 cm. Coleção particular.

VENTURA, Edna. **Cachoeira e riacho**. 2005. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40 cm x 50 cm. Coleção particular.

LEVI, R. Edifício Columbus de propriedade de Lamberto Ramengoni à Rua da Paz, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio: n. 1930-33. 1997. 108 f. Plantas diversas. Originais em papel vegetal.

DATUM CONSULTORIA E PROJETOS. Hotel Porto do Sol São Paulo: ar condicionado e ventilação mecânica: fluxograma hidráulico, central de água gelada. 15 jul. 1996. Projeto final. Desenhista: Pedro. N. da obra: 1744/96/Folha 10.

Se o documento iconográfico referenciado estiver em meio eletrônico, devem ser acrescentadas as informações relativas à descrição física da mídia.

Exemplos:

SALIMP.JPG. 2008. Altura: 480 pixels. Largura: 640 pixels. 72 dpi. 0.9 Mb. Formato JPG bitmap. Disponível em: <<http://www.salimp.com.br/galerias/2009/10/15/montagem-dos-stands/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

PINHEIRO, Antônio. montagem-arena-infantil.jpg. 2009. Altura: 500 pixels. Largura: 395 pixels. 42 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.salimp.com.br/galerias/2009/10/15/montagem-dos-stands/montagem-arena-infantil.jpg>>. Acesso em: 18 out. 2009.

A “VILLA del Angelo” nos anos 1940. 1 fotografia, p&b. In: TOSO, Rodolfo. **Uma mulher forte**: Madre Francisca Rubatto. Tradução de Vito Milesi. Imperatriz: Ética, 2001.

XIV – **Documento cartográfico** (atlas, mapa, globo, fotografia cartográfica etc.).

A referência a esses documentos obedecem aos padrões indicados para outros documentos, sendo elementos essenciais: autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala. Também podem ser acrescentados outros elementos para melhor identificação.

Exemplos:

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 2003. 1 atlas. Escalas variam.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). Regiões de governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1994. 1 atlas. Escala 1:2.000.

BRASIL e parte da América do Sul. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa. Escala 1:600.000.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). Projeto Lins Tupã: foto aérea. São Paulo, 1986. 1 fotografia aérea. Escala 1:35.000. Fx 28, n. 15.

LANDSAT TM 5: imagem de satélite. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1987-1988. 1 fotografia aérea. Escala 1:100.000. Canais 3, 4 e composição colorida 3, 4 e 5.

Se o documento for encontrado em meio eletrônico, devem ser acrescentadas as informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Exemplos:

ESTADOS UNIDOS. National Oceanic and Atmospheric Administration. 1999071318.GIF. Itajaí: UNIVALI, 1999. 1 imagem de satélite. 557 Kb. GOES-08: SE. 13 jul. 1999, 17:45Z, IR04. 1 disquete, 3 ½ pol. NOTA – Informações do arquivo digital: 1999071318.GIF Título do arquivo Itajaí Local UNIVALI Instituição geradora 557 Kb Tamanho do arquivo GOES Denominação do Satélite 08 Número do satélite na série SE Localização geográfica 13 jul. 1999 Data da captura 17:45Z Horário zulu IR04 Banda

PERCENTAGEM de imigrantes em São Paulo, 1920. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Neo Interativa, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

FLORIDA MUSEUM OF NATURAL HISTORY. 1931-2000 Brazil's confirmed unprovoked shark attacks. Gainesville, [2000?]. 1 mapa, color. Escala

1:40.000.000. Disponível em: <<http://www.flmnh.ufl.edu/fish/Sharks/statistics/Gattack/map/Brazil.jpg>>. Acesso em: 15 jan.2002.

MAPA de Ubicación: vista ampliada. Buenos Aires: Dirección de Salud y Acción Social de la Armada, c2001. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<http://www.diba.org/turismo/hoteles/ushuaia/ubicacion2.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2002.

XV – **Documento sonoro** (disco, CD, DVD, cassete, rolo, entre outros. etc.).

A referência a esses documentos tem como elementos essenciais: compositor(es) ou intérprete(s), gravadora (ou equivalente), data e especificação do suporte (NBR 6023, 7.13.1). Quando necessário, devem ser acrescentados outros elementos.

Exemplos:

ALCIONE. Ouro e cobre. São Paulo: RCA Victor, p1988. 1 disco sonoro. MPB especial. [Rio de Janeiro]: Globo: Movieplay, c1995. 1 CD.

ALCIONE. Ouro e cobre. Direção artística: Miguel Propschi. São Paulo: RCA Victor, p1988. 1 disco sonoro (45 min), 33 1/3 rpm, estereo., 12 pol.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Luiz Inácio Lula da Silva**: depoimento [abr. 1991]. Entrevistadores: V. Tremel e M. Garcia. São Paulo: SENAI-SP, 1991. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Memória do SENAI-SP.

QUEST, Jota. **DVDs clipes**. Rio de Janeiro: Sony, 2004. 1 DVD-ROM.

ELOMAR. **Cantoria 3**: canto e solo. Rio de Janeiro: Kuarup, 1998. 1 CD.

Se a referência for apenas de uma parte ou faixa do documento sonoro, os elementos essenciais passam a ser: compo-



sitor(es), intérprete(s) da parte (ou faixa de gravação), título, seguidos da expressão In:, e da referência do documento sonoro no todo. No final da referência, deve-se informar a faixa ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplo:

BANDEIRA, L. Viola de Penedo. Intérprete: Lourival Tavares. In: TAVARES, Lourival. **Na colheita dos versos**. São Paulo:CPC / UMES, 1996. 1 CD-ROM. Faixa 10.

JOBIM, A. C. Luíza. In: LIMA, Arthur Moreira. **Valsas brasileiras**. São Paulo: JVC Classics, 1998. 1 CD-ROM. Faixa 2.

XVI – **Partitura** (partituras impressas e em suporte ou meio eletrônico).

Nessa categoria, os elementos essenciais são: autor(es), título, local, editora, data, designação específica e instrumento a que se destina.

Exemplos:

BARTÓK, Béla. **O mandarim maravilhoso**. Wien: Universal, 1952. 1 partitura. Orquestra.

GALLET, Luciano (Org.). **Canções populares brasileiras**. Rio de Janeiro: Carlos Wehns, 1851. 1 partitura (23 p.). Piano.

Para partitura em meio eletrônico, devem ser acrescentadas as informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, online etc.).

Exemplo:

OLIVA, Marcos; MOCOTÓ, Tiago. Fervilhar: frevo. [19--?]. 1 partitura. Piano. Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/picolino/partitur.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2002.

XVII – **Documento tridimensional** (esculturas, maquetes, objetos de museu, animais empalhados, monumentos etc.).

Neste caso, os elementos essenciais são: autor(es), quando for possível identificar o criador artístico do objeto, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou a indicação Sem título, entre colchetes), data e especificação do objeto. Podem ser acrescentados elementos complementares.

Exemplos:

DUCHAMP, Marcel. Escultura para viajar. 1918. 1 escultura variável.

DUCHAMP, Marcel. Escultura para viajar. 1918. 1 escultura variável, borracha colorida e cordel. Original destruído. Cópia por Richard Hamilton, feita por ocasião da retrospectiva de Duchamp na Tate Gallery (Londres) em 1966. Coleção de Arturo Schwarz. Tradução de: Sculpture for travelling.

BULE de porcelana. [China: Companhia das Índias, 18--]. 1 bule.

BULE de porcelana: família rosa, decorado com buquês e guirlandas de flores sobre fundo branco, pegador de tampa em formato de fruto. [China: Companhia das Índias, 18--]. 1 bule.

## Citações e referências de textos encontrados na internet

Os documentos eletrônicos são classificados em **off-line** e **on-line**. Documentos **off-line** são aqueles disponíveis em meios físicos digitais não acessíveis através de rede remota (internet ou intranet). Atualmente, as mídias **off-line** mais comuns são a fita streamer, o disquete, o CD-ROM e o DVD-ROM. Os documentos **on-line** são aqueles acessíveis através de rede remota, mais comumente da internet.

A cada dia, milhões de arquivos com informações são armazenados em provedores da internet espalhados pelos cinco continentes, a maioria acessível a qualquer usuário dessa rede, que hospeda a maior biblioteca conhecida na história humana. Informações de todas as áreas e níveis do conhecimento estão depositados na internet, desde uma singela mensagem pessoal até as mais elaboradas teses científicas. É um acervo que não pode ser desprezado enquanto fonte de consulta por nenhum pesquisador.

A quantidade de documentos dessa gigantesca biblioteca eletrônica, sem qualquer catalogação possível, e a facilidade de acesso a esse acervo, têm trazido um imenso problema que se espalha pelo mundo: a apropriação indébita de textos de outrem, seja fraude ou plágio. Alguns, por má-fé, imaginando não serem descobertos; outros, por desconhecimento das exigências da metodologia científica ou mesmo por não saberem empregar adequadamente as normas.

das normas da ABNT e, ainda, o fato de essa mesma entidade não ter produzido norma específica para a elaboração de citações e referências a textos, imagens e outros documentos encontrados na internet. Preferiu a ABNT, na última versão da *NBR 6023*, lançada em agosto de 2002, apenas orientar a forma de se proceder nesses casos, a partir da norma já existente para documentos impressos.

Assim, no Brasil, as citações e referências a documentos eletrônicos obedecem também à *NBR 6023*, detalhada no capítulo anterior. O padrão das citações e referências de documentos eletrônicos, portanto, é o mesmo das publicações impressas tradicionais, com acréscimo do endereço eletrônico em que se localiza o material citado e outros elementos suplementares, quando necessário.

O primeiro diferencial ocorre na **chamada** das citações de documentos **on-line**, que, no modelo tradicional de **citação**, baseado na publicação impressa, tem como elementos básicos o **nome do autor**, a **data** e a **página** da publicação, que nem sempre são passíveis de identificação em documentos eletrônicos. Pelo fato de o texto **on-line**, muitas vezes, não identificar o autor, local ou data de publicação, novos elementos se fazem necessários a essa construção, como veremos adiante.

A citação de documentos eletrônicos encontrados na internet em que for possível a identificação dos elementos básicos exigidos para os casos de documentos impressos terá, então, as mesmas informações, acrescidas com a indicação do endereço eletrônico em que foi consultado.

Tomemos como exemplo um texto retirado de um arquivo produzido num editor de textos com extensão “.doc” (Word, Office, BrOffice...) “baixado” de um *site* pessoal da internet.

Apresentamos, em primeiro lugar, a citação e sua chama-

da; depois, a referência tal como deve aparecer na seção “Referências”, no final do capítulo ou da obra.

Citação:

Houve avanços indiscutíveis no que poderíamos chamar de medidas emergenciais, com um esforço muito significativo de redistribuição de renda. O aumento da capacidade de compra do salário mínimo, de 45% entre 2003 e 2006, representa pouco dinheiro, mas uma imensa diferença para quem vive no limite. (DOWBOR, 2006, p. 3)

Referência:

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 16 out. 2009.

Notemos que a citação não difere em nada do que seria se o texto tivesse sido retirado de um livro: texto citado e chamada com autor, data e página (neste caso, a página do documento eletrônico). Na referência do exemplo acima, é possível identificar o nome do autor, o título e a data de publicação ou produção do texto. Assim, esses elementos assumem sua localização natural na citação. O ano de publicação — no caso, 2006 — vem isoladamente, logo o título, e é seguido do endereço eletrônico em que foi encontrado.

A identificação de local (cidade) de publicação, nome da editora e data de publicação, entretanto, nem sempre são identificáveis em textos encontrados na internet. Para substituir essas lacunas, então, são exigidos o “endereço eletrônico” onde ele está disponível e a data em que o documento foi acessado, disposto dentro de aspas simples angulares — “<>”.

Vejamos então como proceder no caso de um texto online em que é possível identificar apenas o nome do autor e o título:

### Citação:

A região Nordeste caracteriza-se naturalmente como de alto potencial para evaporação da água em função da enorme disponibilidade de energia solar e altas temperaturas. Aumentos de temperatura associados à mudança de clima decorrente do aquecimento global, independente do que possa vir a ocorrer com as chuvas, já seriam suficientes para causar maior evaporação dos lagos, açudes e reservatórios e maior demanda evaporativa das plantas. (MARENGO, 2009, [on-line])

### Referência:

MARENGO, José A. **Clima no Nordeste**: o presente. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/atualidades/possiveis-impactos-da-mudanca-de-clima-no-nordeste.html>>. Acesso em 18 out. 2009.

Perceba-se que, no exemplo acima, a chamada da citação apresenta a data de 2009, que não é, necessariamente, o ano da publicação eletrônica, e sim o do acesso; e a referência conta apenas com o nome do autor e o título do documento, porque são os únicos disponíveis. Assim, os demais elementos (cidade de publicação, editora e ano de publicação) são substituídos pelo endereço eletrônico e a data em que foi feito o acesso.

Na citação anterior, vemos que no lugar da página aparece, entre chaves, o termo “on-line”, indicando a falta de paginação do documento e que se trata de um documento eletrônico. Na referência, os dados de edição, editora e data são substituídos pelo endereço eletrônico e a data de acesso.

Nos casos em que o autor não é identificado, o título toma o lugar do autor, tornando-se a entrada da referência.

### Exemplo:

BIBLIOTECA NACIONAL. O centenário de Caio Prado Junior. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/pages/visitavirtual/caioprado/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

Vejam, a seguir, alguns casos de textos disponibilizados em publicações **on-line** específicas, tais como livro, jornal, revista, site institucional e pessoal, blog, dentre outros sítios eletrônicos.

### I — Trecho de **livro digital**:

Atualmente, há muitas “bibliotecas virtuais”, que disponibilizam livros para serem copiados (por *download*), tanto em portais eletrônicos institucionais quanto em sites pessoais — sem contar os envios e trocas de arquivos entre usuários —, onde são encontrados os chamados livros digitais. A citação e a referência de textos desses livros devem ser assim elaborados:

#### Citação:

Ó pátria, desperta... Não curves a fronte  
Que enxuga-te os prantos o Sol do Equador.  
Não miras na fímbria do vasto horizonte  
A luz da alvorada de um dia melhor?

Já falta bem pouco. Sacode a cadeia  
Que chamam riquezas... que nódoas te são!  
Não manches a folha de tua epopéia  
No sangue do escravo, no imundo balcão.

Sê pobre, que importa? Sê livre... és gigante,  
Bem como os condores dos píncaros teus!  
Arranca este peso das costas do Atlante,  
Levanta o madeiro dos ombros de Deus.  
(ALVES, 2009, [on-line])

## Referência:

ALVES, Castro. Navio negreiro. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002.

Perceba-se que no lugar do local de publicação aparece o termo “[S.l.]”, que é a abreviatura do termo latino “Sine loco”, indicando que o “local” de publicação não foi mencionado no documento.

## II — Texto de **jornal on-line**:

### Citação:

[...] Mas, assim como em outros setores, o Brasil parece ser um ponto fora da curva da crise. O país participa da Frieze com cinco galerias (A Gentil Carioca, Fortes Vilaça, Luisa Strina, Triângulo e Vermelho), uma representação maior que a de países como China e Japão.

Mais do que isso: a relativa estabilidade da economia do país e a desvalorização das moedas estrangeiras em relação ao real fizeram com que os brasileiros saíssem da turbulência econômica valorizados. (MENA, 2009, [on line])

### Referência:

MENA, Fernanda. Artistas brasileiros são beneficiados com crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2009, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/ilustrada/ult90u639269.shtml>> Acesso em: 18 out. 2009.

## Outros exemplos de citação de jornais:

### a) com identificação de autor:

### Citação:



Os “superceulares”, aparelhos inteligentes que funcionam como uma espécie de computador nas mãos dos usuários, vão se tornando mais sofisticados. Novos modelos chegam ao mercado em um claro desafio ao pioneiro iPhone, da Apple, que se destaca pelo design, usabilidade e versatilidade, além de oferecer uma plataforma com mais de 80 mil aplicativos para download. (NOVOS SUPERCELULARES, 2009, [on-line])

#### Referência:

NOVOS SUPERCELULARES desafiam o iPhone. [S.l.] Portal Terra. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI4046372-EI4796,00.html>> Acesso em: 18 out. 2009.

b) sem identificação de autor, caso em que parte inicial do título assume o lugar do autor:

#### Citação:

A maioria das pessoas não se prepara para enfrentar o horário de verão, que vai começar a zero hora de amanhã (18/10), e nos primeiros dias vai sentir sono em horários em que deveriam estar em atividade. Com a mudança, o incômodo deverá ser para elas, inicialmente, de até duas ou três horas, podendo sofrer transtornos não só do ponto de vista da vigília, mas sentir vontade de dormir pela manhã. Isso provoca nos primeiros dias redução do desempenho profissional, com a possibilidade de ocorrência de cefaléias, irritabilidade e tendência de a pessoa procurar se encostar para dormir um pouco onde estiver. (HORÁRIO, 2009, [on-line]).

#### Referência:

HORÁRIO de verão causa transtornos diferentes nas pessoas. **JB online**. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/10/17/e171015320.asp>>. Acesso em: 18 out. 2009.

## II — Texto de **revista on-line**:

a) com identificação de autor:

Exemplo 1:

Citação:

Dependendo do ponto de vista, o Selo de Controle Fiscal para Vinhos pode ser a salvação ou a desgraça dos produtores. Há quem o defenda e quem o condene. Mas o que justifica tanta discórdia? Em fevereiro de 2005, a Instrução Normativa 504, publicada pela Secretaria da Receita Federal, estabeleceu as regras para uso do Selo de Controle Fiscal em Vermutes, Sangrias, Coquetéis e outras bebidas alcoólicas. O selo é uma etiqueta fornecida pela Receita Federal e que atesta não só o recolhimento de impostos como a origem do produto - o que, em princípio, ajudaria a conter a sonegação de impostos e a combater falsificações e contrabando. (MASSON, 2009, [on-line])

Referência:

MASSON, Celso. O mundo da uva em pé de guerra. **Época**. Rio de Janeiro, 18 out. 2009. Carreira & negócios. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI98985-15259,00-O+MUNDO+DA+UVA+EM+PE+DE+GUERRA.html>>. Acesso em: 18 out. 2009.

Exemplo 2:

Citação:

Percebe-se, então, que a interpretação é a decodificação feita pelo receptor (intérprete) da mensagem enviada pelo emissor. Pode-se fazer uma analogia entre a interpretação e a tradução (é a sugestão do prof. Tércio Sampaio Ferraz Jr.).

Na interpretação, o foco é a tarefa (nem sempre fácil) do receptor (intérprete) de decodificar (interpretar) a mensagem. (CAVALCANTE FILHO, 2009, [on-line]).

### Referência:

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Roteiro de interpretação constitucional . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2300, 18 out. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13682>>. Acesso em: 18 out. 2009.

### Exemplo 3:

#### Citação:

Este processo de gerenciamento mercadológico é entendido como todas as atividades que um ator (indivíduo, grupo ou organização), dentro do contexto político, desenvolve no sentido de persuadir o modo como os outros vêem os candidatos políticos, visando à criação de uma imagem social desejada. (ZUCCOLOTTO; SILVA; GARCIA, 2004, p. 1)

### Referência:

ZUCCOLOTTO, Rodrigo; SILVA, Dirceu da; GARCIA, Mauro Neves. Correlação das estratégias de marketing político com o processo de decisão do eleitor. **Revista Administração On Line – FECAP**, vol. 5, nº 3, p. 1, jul/ago/set. 2004. Disponível em <[http://www.fecap.br/adm\\_online/adol/artigo.htm](http://www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm)>. Acesso em: 18 out. 2009.

### b) sem identificação de autor:

#### Citação:

Dependendo do ponto de vista, o Selo de Controle Fiscal para Vinhos pode ser a salvação ou a desgraça dos produtores. Há quem o defenda e quem o condena. Mas o que justifica tanta discórdia? Em fevereiro de 2005, a Instrução Normativa 504, publicada pela Secretaria da Receita Federal, estabeleceu as regras para uso do Selo de Controle Fiscal em Vermutes, Sangrias, Coquetéis e outras bebidas alcoólicas. O selo é

uma etiqueta fornecida pela Receita Federal e que atesta não só o recolhimento de impostos como a origem do produto - o que, em princípio, ajudaria a conter a sonegação de impostos e a combater falsificações e contrabando. (ANALFABETISMO..., 2009, [on-line]s.

#### Referência:

ANALFABETISMO não recuou em 2008, aponta IBGE. **Veja**. São Paulo, 18 out. 2009. Educação. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/analfabetismo-nao-recuou-2008-aponta-ibge-499542.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2009.

### III — Texto de **site institucional**

#### a) sem identificação de autor:

##### Citação:

Caio Prado foi o primeiro intelectual a lançar mão das teorias marxistas no estudo da história do Brasil e sua obra é uma das principais referências da historiografia brasileira. Nas palavras de Francisco Iglesias, seus livros sobre a história do Brasil colocam-no “entre os maiores historiadores brasileiros de todos os tempos, um dos mais importantes de hoje. Deu uma contribuição definitiva para melhor conhecer e pensar o Brasil, que ele tanto conhece e sobre o qual tão serena e severamente pensou, muito acrescentando ao já sabido: um inovador, um ponderável cientista social.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2009, [on-line])

#### Referência:

BIBLIOTECA NACIONAL. **Caio Prado Jr.**: apresentação. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/pages/visitavirtual/caioprado/apresentacao.htm>>. Acesso em: 18 out. 2009.

#### b) com identificação de autor:

### Citação:

A Ética Editora faz um trabalho maravilhoso na edição de livros muito importantes para a história do Sul do Maranhão, para a história do Maranhão de um modo geral. Só para se ter uma rápida ideia, ela publicou nos últimos anos mais de 300 títulos. Não tenho notícia de que no Maranhão haja uma editora com tanto trabalho, com tanta publicação feita com tanto incentivo aos escritores e aos leitores do nosso Estado”, ressaltou.

Segundo Joaquim Haickel, a editora publica títulos diversos, da poesia à pesquisa, passando pela história e até pela economia da região. “São livros importantes para a nossa cultura de modo geral e, principalmente, para no futuro termos uma biblioteca que possa bem representar o Estado do Maranhão”, acrescentou. (OLIVEIRA, 2009, [on-line]).

### Referência:

OLIVEIRA, Waldirene. Deputado Joaquim Haickel destaca trabalho da Ética Editora, de Imperatriz. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: <<http://www.al.ma.gov.br/noticias.php?codigo1=16465>>. Acesso em: 16 out. 2009.

## IV — Texto de **site pessoal** e **blog**:

### Exemplo 1:

### Citação:

A questão do acesso ao conhecimento, portanto, um dos vetores básicos da democratização da economia e do reequilíbrio planetário, tornou-se central. Restabelecer o equilíbrio entre a remuneração dos intermediários, as condições de criatividade dos que inovam, e a ampliação do acesso planetário aos resultados – objetivo estratégico de todo o processo – é o desafio que temos de enfrentar. (DOWBOR, 2009, p. 2)

### Referência:

DOWBOR, Ladislau. Da propriedade intelectual à economia do conhecimento. Ladislau Dowbor. 09propriedadeintelectual20set.doc. Disponível em: <<http://dowbor.org/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

Observe-se que, neste exemplo, a citação foi extraída de um arquivo de texto com extensão “.doc”, “baixado” da página pessoal do próprio autor.

### Exemplo 2:

#### Citação:

A Câmara aprovou na noite desta quarta-feira o projeto que cria o Vale-Cultura, um benefício para trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos para que possam consumir livros, cd's e também ingressos de teatro e cinema. (AMORIM, 2009, [on-line]).

### Referência:

AMORIM, Paulo Henrique. Câmara aprova Vale-Cultura. In: **Conversa afiada**. 17 out. 2009. Disponível em: <<http://www.paulohenriqueamorim.com.br/?p=20434>>. Acesso em 18 out. 2009.

Para o exemplo acima, ressalta-se que o site pessoal do jornalista Paulo Henrique Amorim tem o título de “Conversa afiada”, por isso toda referência ao seu conteúdo deve receber esse elemento, da mesma forma que se faz a um artigo publicado em livro. Verifique-se, ainda, que a data de postagem da notícia no site é identificada e referenciada logo após o título em negrito.

### Exemplo 3, um **blog**:

#### Citação:

Encanta em Jerusalém a singularidade linguística, o

encantamento do desencantamento humano de Silvestre Vitalino, o protagonista, que, com a morte da mulher, deixa o mundo dos vivos para isolar-se em lugar ermo, com os filhos pequenos, passando a dedicar-se ao exercício do silêncio e do apagamento das lembranças. Para ele, o mundo acabara; os demais homens já não existem. Restava somente Jerusalém, o lugar de apenas um casebre, onde passaram a residir. (FRANKLIN, 2009, [on-line])

#### Referência:

FRANKLIN, Adalberto. A Jerusalém de Mia Couto. **Blog Adalberto Franklin:** cultura, história, cidadania. 30 jul. 2009. Disponível em: <<http://adalbertofranklin.por.com.br/2009/07/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

No caso de blog, mostrado no exemplo acima, também é o título da publicação que leva destaque, como no exemplo anterior.

#### V — **Verbetes de dicionário ou enciclopédia on-line:**

ÉTICA. In: DICIONÁRIO do Aurélio online. 2008. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Etica>>. Acesso em: 18 out. 2009.

LEITURA. In: WIKIPEDIA: a enciclopedia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Leitura>>. Acesso em: 18 out. 2009.

#### VI — **Informação em E-mail:**

Recomenda-se que as mensagens de correio eletrônico somente devem ser referenciadas quando não se dispuser de nenhuma outra fonte para abordar o assunto em discussão. “Mensagens trocadas por e-mail têm caráter informal, interpessoal e efêmero, e desaparecem rapidamente, não sendo recomendável seu uso como fonte científica ou técnica de pesquisa”.

Sendo, porém, informação essencial à pesquisa, a citação e a referência deve receber o seguinte modelo:

CASTRO, A. Anotações de aula de Direito Constitucional [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvscastro@gmail.com.br> em 15 set. 2009.

No exemplo acima, a entrada tem o nome do autor do texto recebido por e-mail, enquanto o endereço eletrônico citado é o de quem o recebeu.

### VII — Arquivo de imagem:

Recomenda-se que as mensagens de correio eletrônico somente devem ser referenciadas quando

RIOTOCANTINS.JPG. 2007. Altura: 563 pixels. Largura: 750 pixels. 72 dpi. 0.9 Mb. Formato JPG bitmap. Disponível em: <<http://i.olhares.com/data/big/riotocantins.jpg>>. Acesso em: 18 out. 2009.

CARDOSO JR., Marcelo. fardao-de-josue-montello.jpg. 2009. Altura: 1536 pixels. Largura: 2048 pixels. 83 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=d5e87ecac4&view=att&th=12468616bc12ae57&attid=0.4&disp=inline&zw>>. Acesso em: 18 out. 2009.



---

## Recomendações

Este pequeno guia para normalização de textos eletrônicos não tem a pretensão de esgotar o tema, muito menos abordar todos os pormenores da ciência metodológica. A intenção do autor foi auxiliar o leitor na resolução das dúvidas básicas no processo de normalização científica de textos acessados em meio digital, em especial na internet.

Existem muitos pormenores dos quais nem mesmo as normas da ABNT tratam, ficando essas lacunas a serem resolvidas conforme as regras ortografia, da filologia, da gramática, da biblioteconomia e da sistematização científica de dados.

Quanto ao manuseio e uso de textos disponíveis em meio eletrônico, porém, recomenda-se, neste capítulo final, como prática permanente do pesquisador, o cuidado de sempre verificar e anotar, já no primeiro acesso, todos os elementos possíveis que possam ser úteis à elaboração de sua citação e referência, mesmo os não obrigatórios. Entre eles, convém tentar identificar os seguintes elementos:

ter sempre o cuidado de levantar todos os dados possíveis:

- a) autor do autor;
- b) título do documento;
- c) data de elaboração do documento;

- d) data de postagem (inclusão na internet);
- e) endereço eletrônico em que o documento pode ser acessado (e não apenas o do site em que ele se encontra);
- f) data em que o documento foi acessado;
- g) nome do arquivo com sua extensão, se for o caso de arquivo copiado por *download*;
- h) em caso de informações de jornais eletrônicos, a seção em que está publicado (ciência; mundo; cultura; brasil; etc.).

Esse cuidado permitirá que se tenha sempre à disposição os elementos necessários à elaboração das citações e referências dos textos emprestados de terceiros, o que é condição básica para que a dissertação ou monografia seja devidamente aprovada metodologicamente, sem o inconveniente cometimento do vício do plágio ou da fraude.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: informação e documentação – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: resumos. Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **NBR 6032**: abreviação de títulos de periódicos e publicações seriados. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 6034**: preparação de índice de publicações. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10719**: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 12225**: informação e documentação – lombada – apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **NBR 12899**: catalogação-na-publicação de monografia. Rio: 1993.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio: 2005.

BORNIA, Antonio Cezar. Evitando o plágio na dissertação. In: **FIPEQ - Fórum Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos na Qualidade**. Disponível em: <[http://e-learning.uniaraaras.br/forum\\_tgqp/viewtopic.php?t=20](http://e-learning.uniaraaras.br/forum_tgqp/viewtopic.php?t=20)>. Acesso em: 22 ago. 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro 1988. 25. ed. São Paulo. Saraiva, 2000.

COELHO, Celso Barros. **O Direito como razão e como história**. Imperatriz: Ética, 2007.

DEGASPARI, Sílvia Dias; VANALI, Teresa Raquel. **Manual de normalização documentária para apresentação do trabalho acadêmico**: de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: descentralização e participação - as novas tendências. v. 3. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERREIRA, Marielise. Software de professor gaúcho caça plágio em monografias. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 15568, 11 abr. 2008. Disponível em: <[http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1825085.xml&template="](http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1825085.xml&template=)

3898.dwt&edition=9642&section=67>. Acesso em: 22 ago. 2009.

FERRY, Luc. **Aprender a viver**: filosofia para os novos tempos. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de ela-**

**boração de tese, dissertação e monografia.** Fortaleza: UNIFOR, 2003.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

GUIMARÃES, Flávio Romero. **Como fazer?:** diretrizes para a elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. rev. e ampl. Leme, SP: Edijur, 2004.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

KIRKPATRICK, Ken. **Evitando plágio.** Disponível em: <<http://www.trabalhos-prontos-escolares.com/definido.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

LÉVY, P. *Cibercultura.* editora 34, 1999.

LOVISOLO, Hugo. O plágio e a compra de monografia e trabalhos escolares. Disponível em: <<http://www.trabalhos-prontos-escolares.com/plagio.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. Plágio em trabalho universitário e o papel do educador. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1081, 17 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=692>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. **Código penal interpretado:** texto atualizado de acordo com as Leis n<sup>os</sup>. 9.983, de 14-7-2000, 10.028, de 19-10-2000, 10.224, de 15-5-2001, 10.268, de 28-8-2001, 10.467, de 11-6-2002, 10.695, de 1<sup>o</sup>-7-2003, 10.741, de 1<sup>o</sup>-10-2003, 10.763, de 12-11-2003,

10.803, de 11-12-2003, 10.886, de 17-6-2004, e 11.035, de 22-12-2004. 5. ed. atual. até 31 de dezembro de 2004 por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, José Ribeiro de. **A corrupção entrava o Brasil**. Imperatriz: Ética, 2005.

PASQUARELI, Maria Luiz Rigo Pasquareli. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Osasco: [UNIFIEO], 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2009.

UNIVERSIDADE VALE DO PARAÍBA – UniVap. **Normalização das dissertações e teses dos programas de pós-graduação da UniVap**. Elaborada por Rosângela R. C. Taranger e Rúbia G. Gomes. [S.l.; s.n.], 2004.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Guia para a apresentação de trabalhos acadêmicos**. Joinville, 2004.

URSO, Oneide Aparecida Bolzan. **Evite plágio**. Disponível em: <<http://www.monografiajuridica.com/29401/30501.html>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

---

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – Transcrição dos elementos

### Quanto à autoria

A entrada de nomes, pessoais e/ou de entidades, obedece o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente.

### 1 O autor pessoal

Geralmente, indica-se o autor pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do prenome e outros sobrenomes, abreviados ou não. Recomenda-se, tanto quanto possível, o mesmo padrão para abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

Exemplos:

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, L. A. M.; CARDOSO, V. P.; VELOSO, S. S. **Identidades sul-maranhenses**: subsídios à prática pedagógica no Ensino Médio. Imperatriz: Ética, 2009.

Existindo mais de três autores, indica-se apenas o primeiro, acrescentando-se a expressão latina “et al”.

Exemplo:

URANI, A. et al. **Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

Se houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas de vários autores, a entrada deve



ser feita pelo nome do responsável, seguida da abreviação, no singular, do tipo de participação (organizador, compilador, editor, coordenador etc.), entre parênteses.

Exemplos:

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *As perspectivas do Brasil e o novo governo*. São Paulo: Nobel, 1990.

DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.). **Tristes cerrados**: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.

GALVES, Marcelo Cheche; Yuri Costa (Orgs.). **O Maranhão oitocentista**. Imperatriz: Ética, 2009.

FRANKLIN, A. (Ed.). **O voto livre e consciente**. Imperatriz, MA, 1989.

Se a obra tiver sido publicada sob pseudônimo, este deve ser adotado na referência, desde que seja a forma adotada pelo autor.

Exemplo:

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

Também podem ser elencados outros tipos de responsabilidade editorial, tais como as de tradutor, revisor, ilustrador entre outros. Podem ainda ser acrescentados, após o título, conforme aparecem no documento.

Exemplos:

DANTE ALIGHIERI. **A divina comédia**. Tradução, prefácio e notas: Hernâni Donato. São Paulo: Círculo do Livro, [1983]. 344 p.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios à geografia e à história do Brasil. Índice remissivo-explicativo e notas de Adalberto Franklin. 3. ed. Imperatriz: Ética, 2006. 422 p.

CARVALHO, Weliton. Pés no chão, cabeça nas nuvens. Ilustrações de Tonneves. Imperatriz: Ética, 2009. 23 p.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. Tradução Vera da Costa e Silva et al. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

## 2 O autor entidade

As obras de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) têm entrada, de modo geral, pelo seu próprio nome, por extenso.

Exemplos:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992**. São Paulo, 1993. 467 p.

ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. **Imperatriz**: 150 anos. Imperatriz, 2002.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. 3 v.

Quando a entidade tem uma denominação genérica, seu nome é precedido pelo nome do órgão superior, ou pelo nome da jurisdição geográfica à qual pertence.

Exemplos:

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28 p.

Quando a entidade, vinculada a um órgão maior, tem uma denominação específica que a identifica, a entrada é feita diretamente pelo seu nome. Em caso de duplicidade de nomes, deve-se acrescentar no final a unidade geográfica que identifica a jurisdição, entre parênteses.

Exemplos:

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da Diretoria-Geral**: 1984. Rio de Janeiro, 1985. 40 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **O 24 de julho de 1833 e a guerra civil de 1829-1834**. Lisboa, 1983. 95 p.

### 3 Autor desconhecido

Em caso de autoria desconhecida, a entrada é feita pelo título. O termo anônimo não deve ser usado em substituição ao nome do autor desconhecido.

Exemplo:

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993. 64 p.

### 4 Título e subtítulo

O título e o subtítulo (se for usado) devem ser reproduzidos tal como figuram no documento, separados por dois-pontos; o título deve ser destacado em itálico ou negrito e o subtítulo em caractere normal.

Exemplos:

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Em títulos e subtítulos demasiadamente longos, podem-se suprimir as últimas palavras, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências.

Exemplos:

ARTE de furto... Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LEVI, R. **Edifício Columbus...**: n. 1930-33. 1997. 108 f. Plantas diversas. Originais em papel vegetal.

GONSALVES, Paulo Eiró (Org.). **A criança**: perguntas e respostas: médicos, psicólogos, professores, técnicos, dentistas... Prefácio do Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz. São Paulo: Cultrix: Ed. da USP, 1971.

## APÊNDICE B – Ordenação das referências

As referências dos documentos citados em um trabalho devem ser ordenadas de acordo com o sistema utilizado para citação no texto, conforme a *NBR 10520*.

Os sistemas mais utilizados são: alfabético (ordem alfabética de entrada) e numérico (ordem de citação no texto).

### 1 O sistema alfabético

Se for utilizado o sistema alfabético, as referências devem ser reunidas no final do trabalho, do artigo ou do capítulo, em uma única ordem alfabética. As chamadas no texto devem obedecer à forma adotada na referência, com relação à escolha da entrada, mas não necessariamente quanto à grafia, conforme a *NBR 10520*.

Exemplos (no texto):

Para Gramsci (1978) uma concepção de mundo crítica e coerente pressupõe a plena consciência de nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada [...] Nesse universo, o poder decisório está centralizado nas mãos dos detentores do poder econômico e na dos tecnocratas dos organismos internacionais (DREIFUSS, 1996).

Os empresários industriais, mais até que os educadores, são, precisamente, aqueles que hoje identificam tendências na relação entre as transformações pelas quais vêm passando o processo de trabalho, o nível de escolaridade e a qualificação real exigida pelo processo produtivo (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1993).

Na lista de referências:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Educação básica e formação profissional**. Salvador, 1993.

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Por vezes, quando o mesmo autor é referenciado com mais de um título, sucessivamente, na mesma página, pode ser substituído, nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinear (equivalente a seis espaços) e ponto.

Exemplos:

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

Além do nome do autor, o título de várias edições de um documento referenciado sucessivamente, na mesma página, também pode ser substituído por um traço sublinear nas referências seguintes à primeira.

Exemplos:

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. 405 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. 410 p.

## 2 O sistema numérico

Se for utilizado o sistema numérico no texto, a lista de referências deve seguir a mesma ordem numérica crescente.

O sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas.

Exemplo:

Na citação:

De acordo com as novas tendências da jurisprudência brasileira<sup>1</sup>, é facultado ao magistrado decidir sobre a matéria. Todos os índices coletados para a região escolhida foram analisados minuciosamente<sup>2</sup>.

Na referência:

1 CRETELLA JÚNIOR, José. **Do impeachment no direito brasileiro**. [São Paulo]: R. dos Tribunais, 1992. p. 107.

2 BOLETIM ESTATÍSTICO [da] Rede Ferroviária Federal. Rio de Janeiro, 1965. p. 20.

## APÊNDICE C – Uniformidade na metodologia

Ao longo de todo o trabalho, devem ser observadas as normas do mesmo método, preservando sua uniformidade.

### 1 O autor

Nas citações indiretas, quando o nome do autor ou instituição responsável estiver incluído na sentença, indica-se a data, entre parênteses, mantendo o nome do autor em caixa-alta-e-baixa (somente as iniciais maiúsculas); quando a citação for direta, acresce-se a citação da página, e o nome do autor, entre parênteses, fica todo em caixa-alta.

Exemplo (citação indireta):

Zequinha Moreira (1997) diz que a população do povoado Gameleira pediu a mudança da localidade para Vila Simplício Moreira.

Exemplo (citação direta):

“A população do povoado Gameleira requereu [...] a substituição do nome desse povoado para ‘Vila Simplício Moreira’” (MOREIRA, 1997, p.174).

### 2 Coincidência de sobrenomes

Se ocorrer coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes; se mesmo assim existir coincidência, colocam-se os prenomes por extenso.

Exemplos:

(COELHO, A., 1999) (COELHO, Cássio, 2003)

(COELHO, F., 1999) (COELHO, Celso, 2003)



### 3 Coincidência de obras de mesmo autor e ano

As citações de diversos documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano, são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento, conforme a lista de referências.

Exemplo:

De acordo com Milesi (2004a)

(MILESI, 2004b)

(MILESI, 2004c, p.123)

### 4 Documentos diversos de mesmo(s) autor(es)

As citações indiretas de diversos documentos da mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, têm as suas datas separadas por vírgula.

Exemplos:

(SANCHES, 1997, 1999, 2002)

(BARROS; PEREIRA; MOREIRA, 1998, 1999, 2000)

### 5 Documentos diversos de vários autores

Nas citações indiretas de documentos diversos, de vários autores, mencionados simultaneamente, deve-se separá-los por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética.

Exemplos:

Diversos historiadores acordam que o frei Manoel Pro-cópio fundou Imperatriz em 16 de julho de 1852 (BARROS, 1972; COUTINHO, 1994; FRANKLIN, 2005).

## APÊNDICE D – Expressões latinas

No sistema de chamada numérico, são de uso comum algumas expressões latinas e suas abreviações, tais como **ibidem** ou **ibid.** (na mesma obra), **idem** ou **id.** (do mesmo autor), **op. cit.** (na obra citada) etc. No sistema autor-data, porém, essas expressões não são utilizadas, com exceção apenas do termo “**apud**” (citado por, citado em, conforme, segundo), aceita tanto no corpo do texto quanto em notas explicativas. Na seção de referências são aceitos outros termos, como, por exemplo, “**In:**” (traduzido como “inserido em”; “incluído em”), para designar trabalho inserido em obra coletiva ou em obra de outro autor.

Exemplos:

No texto (1º caso):

Segundo Castelnau (2000 apud FRANKLIN, 2005, p.17), “[...] havia perigo em ficar do lado oposto, por causa dos índios bravos que aí residem e são conhecidos pelo nome de Gaviões.”

Na citação longa:

Os imigrantes que ocuparam o Sudoeste do Piauí, o Sul do Maranhão e o Norte do Estado de Goiás [hoje, Norte do Estado do Tocantins] chamaram-se “Goiajaras”, que significa “senhores da terra dos Goim”, os chamados “índios brancos” do alto Gurupi e do rio do Sono, ao Sul de Carolina, são descendentes diretos daquele imigrantes que chegaram do Mediterrâneo nos navios fenícios. (SCHWENNHAGEN, 1928, p.56 apud CARVALHO, 2005, p.24)

No texto (2º caso):

O historiador Santos Neto (2005 In: COELHO, 2005b, p.29), registra que “nos anos que vão de aproximadamente 1817 a 1840, a região de Pastos Bons

encontrar-se-á num processo de franco reordenamento social e político”.

– Na referência:

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Pastos Bons, século XIX: insurreições e acomodações. In: COELHO, Celso Barros (Coord.). **Memórias de Pastos Bons**. Imperatriz: Ética, 2005.

---

# ANEXOS

## ANEXO A – Definições de termos (NBR 6023/2002)

De acordo com o item 3 da *NBR 6023/2002* – Informação e Documento – Referências – Elaboração, são as seguintes as definições dos termos utilizados:

**Autor(es)** — Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento.

**Autor(es) entidade(s)** — Instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal.

**Capítulo, seção ou parte** — Divisão de um documento, numerado ou não.

**Documento** — Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros.

**Edição** — Todos os exemplares produzidos a partir de um original ou matriz. Pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões, tiragens etc., produzidas diretamente ou por outros métodos, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação.

**Editora** — Casa publicadora, pessoa(s) ou instituição responsável pela produção editorial. Conforme o suporte documental, outras denominações são utilizadas: produtora (para

imagens em movimento), gravadora (para registros sonoros), entre outras.

NOTA - Não confundir com a designação do editor, utilizada para indicar o responsável intelectual ou científico que atua na reunião de artigos para uma revista, jornal etc. ou que coordena ou organiza a preparação de coletâneas.

**Monografia** — Item não seriado, isto é, item completo, constituído de uma só parte, ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas.

**Publicação periódica** — Publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente.

NOTA - Não confundir com “coleção” ou “série editorial”, que são recursos criados pelos editores ou pelas instituições responsáveis, para reunir conjuntos específicos de obras que recebem o mesmo tratamento gráfico-editorial (formato, características visuais e tipográficas, entre outras) e/ou que mantêm correspondência temática entre si. Uma coleção ou série editorial pode reunir monografias (por exemplo: Coleção Primeiros Passos, Série Nossos Clássicos, Série Literatura Brasileira, Série Relatórios) ou constituir publicação editada em partes, com objetivo de formar futuramente uma coleção completa (por exemplo: Série Século XX, Série Bom Apetite, entre outras).

**Referência** — Conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.

**Separata** — Publicação de parte de um trabalho (artigo de periódico, capítulo de livro, colaborações em coletâneas etc.),

mantendo exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, que recebe uma capa, com as respectivas informações que a vinculam ao todo, e a expressão “Separata de” em evidência. As separatas são utilizadas para distribuição pelo próprio autor da parte, ou pelo editor.

**Subtítulo** — Informações apresentadas em seguida ao título, visando esclarecê-lo ou complementá-lo, de acordo com o conteúdo do documento.

**Suplemento** — Documento que se adiciona a outro para ampliá-lo ou aperfeiçoá-lo, sendo sua relação com aquele apenas editorial e não física, podendo ser editado com periodicidade e/ou numeração própria.

**Título** — Palavra, expressão ou frase que designa o assunto ou o conteúdo de um documento.

## ANEXO B – Abreviatura dos meses (cf. NBR 6023/2002)

Nas referências os meses em datas de documentos devem aparecer sempre de forma abreviada. Essas abreviaturas seguem a um padrão de quatro caracteres iniciais da palavras, seguidos de ponto. Exceção apenas se faz ao mês de maio, que tem apenas quatro caracteres:

janeiro	jan.
fevereiro	fev.
março	mar.
abril	abr.
maio	maio
junho	jun.
julho	jul.
agosto	ago.
setembro	set.
outubro	out.
novembro	nov.
dezembro	dez.



Contato com o autor:  
adalberto.franklin@gmail.com

Composto nas fontes Garamond e Times.  
Miolo impresso em papel Pólen Soft 80g/m<sup>2</sup>  
e capa em Cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup>.

Imperatriz, MA, outubro de 2009

Esta obra pode ser adquirida através da  
loja virtual da Ética Editora, no endereço  
**[www.eticaeditora.com.br](http://www.eticaeditora.com.br)**